AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 03 | MARÇO 2012 | R$ 15,00

FGV GVagro Centro de Agronegócio

ISSN 0100-4298

ECONOMIA EUROPEIA

★ LIÇÕES DA CRISE DO EURO

★ MAIS UM CAPÍTULO DA TRAGÉDIA GREGA



ÁFRICA DO SUL ESTREITAR RELAÇÕES

FÓRUM ABAG DESPERTAR PARA A RIO+20

ALGODÃO EXPECTATIVA DE LUCRO MAIS BAIXO PARA A SAFRA 2011/12

O agronegócio é o seguinte

Competitividade para debelar a crise

Da mesma maneira como ***Agroanalysis*** arriscou e acertou as previsões básicas para 2011(desde muito cedo, afirmávamos que: a Selic iria cair, a demanda excessiva seria contida por medidas macroprudenciais, apesar da crise europeia, os preços da agropecuária seriam bons, e a taxa de câmbio ficaria entre R$ 1,70 e R$ 1,80 por dólar), vamos tentar apontar um roteiro para 2012, que nos parece será meio parecido com 2011 para o Brasil. Isto porque, apesar da crise europeia, graças a nossa política fiscal, combinada com o tamanho de nosso mercado interno e mais os eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, o País crescerá cerca de 3,5%, com muita atenção, mas com poucos solavancos. Os juros irão cair mais um pouco, o câmbio deve ficar na mesma faixa de 2011, e os preços agropecuários de modo geral serão razoáveis.

A crise europeia ainda não tem solução definitiva, mas não acreditamos em calote grego desordenado, fato que traria uma situação de pânico internacional, parecida com a quebra do Lehman Brothers em 2008. Como a matéria sobre as lições da crise que apresentamos nesta edição mostra, ainda teremos idas e vindas na solução do caso grego, mas o calote desordenado parece descartado.

Também não acreditamos na saída da Grécia, ainda que provisória, da zona do euro. Os especialistas internacionais estão divididos entre os que acham este fato verdadeira loucura e os que acham a melhor solução! E estamos falando de renomados especialistas! O que parece certo para 2012 é ver a Europa sem crescimento econômico, já que as medidas até agora acertadas seguem na direção de cortar gastos gerais e evitar qualquer inflação. Para se ter uma ideia exata do ano, resta saber como se comportará a economia norte-americana, já que a China deve crescer cerca de 7% a 8%, mantendo em níveis normais a demanda por *commodities*.

TAMBÉM NESTA edição, ***Agroanalysis*** mostra que a África do Sul, apesar de todos os problemas internos relativos à desigualdade social, ao desemprego e à posse de terras, continua um importante parceiro comercial para o Brasil e potencial importador para os produtos do agronegócio brasileiro. Os setores tradicionais de exportação, como carnes, açúcar, fumo, soja e derivados, podem ampliar sua participação no mercado sul-africano à medida que o país expande sua economia e amplia seu mercado consumidor interno, além de explorar outras potencialidades do mercado local, como arroz, trigo, milho, frutas tropicais, rações para animais, óleos vegetais e de dendê, entre outros.

Para a bioenergia no Brasil, em 2011 os desafios afloraram, de modo a induzir a política pública para uma fase construtiva de reflexão e reorientação. Assim ocorreu com o etanol, dadas as dificuldades de abastecimento interno em decorrência da queda na produção e da conjuntura de preços. No caso do biodiesel, as metas relacionadas a inclusão social e desenvolvimento regional estiveram aquém das desejáveis, e seu preço permaneceu em nível mais elevado em relação ao diesel fóssil. As medidas a serem tomadas devem buscar uma produção de biocombustíveis economicamente competitivos com combustíveis fósseis.

O Despertar para a Rio+20 é outro assunto interessante, que integra a pauta das atividades do agronegócio nacional. O 22º Fórum da Abag tratou deste tema, com a presença de personalidades dos Ministérios das Relações Exteriores, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A expectativa é a presença de mais de 150 representantes de diferentes países. Baseada em três pilares – econômico, social e ambiental –, a Conferência tratará basicamente de dois temas: a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas.

Por fim, a partir desta edição, ***Agroanalysis*** apresenta um resumo das informações e análises desenvolvidas no Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Raphael Messias
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Debora Durazzo
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Debora Durazzo - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: debora.brito@fgv.br
Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Pedro de Camargo Neto

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Competitividade é a chave
16 Produção sustentável
18 Rede empresarial
19 África do Sul
22 Pesquisa
23 Algodão

Agroenergia

24 Balanço em 2011

Especial Asbram

27 Tecnologia da nutrição animal

Fórum Abag

35 Despertar para a Rio+20

Especial Andef

41 Defensivos agrícolas

Especial Cosag

42 Suco de laranja
43 Etanol

44 Opinião
45 Diário de bordo
46 Produzir

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



13 Competitividade é a chave

Especial Asbram



27 Tecnologia da nutrição animal

Especial Andef



41 Defensivos agrícolas

Pedro de Camargo Neto
Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs)

Carne suína conquista novos mercados

Por Paulo Roque e Ricardo Torrico

DEPOIS DE ter sido barrada pela Rússia, seu principal mercado externo, a indústria da carne suína brasileira se prepara para compensar essa perda abrindo novas frentes no disputado mercado internacional. Condições para isso não faltam, como explica nesta entrevista o presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, Pedro de Camargo Neto, que defende um trabalho conjunto entre os produtores e as autoridades para manter o alto padrão sanitário da carne suína brasileira.



> "... falta uma postura mais forte do Brasil perante a Rússia"

AGROANALYSIS Qual é o atual panorama da indústria de carne suína?

PEDRO DE CAMARGO NETO A perspectiva de curto e médio prazo é muito positiva, principalmente porque, depois de muitos anos de trabalho, as barreiras sanitárias estão caindo. A medida mais emblemática foi a abertura dos Estados Unidos, que aconteceu agora. Em 2011, nós conseguimos a abertura da China e, no último mês de de fevereiro, houve uma reunião importante em Brasília, com a perspectiva de aumentar o número de frigoríficos habilitados para exportar para esse país. Há também outros dois processos caminhando, um com o Japão, outro com a Coreia do Sul. A aprovação americana vai nos ajudar nesses dois processos e, quando eles estiverem concluídos, será uma grande abertura para a carne suína, que agora começa a ter mais possibilidades de mercado. O setor perdeu o mercado da Rússia, que era nosso principal mercado, mas existe a expectativa de que ele seja retomado, embora isso esteja ocorrendo numa velocidade menor que a esperada. Mas, como eu sou otimista, acredito que 2012 vai ser um ano excepcional.

AGROANALYSIS Qual é a alegação da Rússia para fechar seu mercado à carne suína brasileira?

PEDRO DE CAMARGO NETO A Rússia tem alegações técnicas, sanitárias, mas também tem um estilo próprio, com muita conotação comercial e que não é fácil de entender. Existem interesses internos, de setores que se opõem à importação do produto, o que faz com que as autoridades sanitárias russas acabem sendo mais rigorosas. Por outro lado, o Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) atrasou a entrega de documentos. Também falta uma postura mais forte do Brasil perante a Rússia.

AGROANALYSIS **Quais são os fornecedores alternativos da Rússia?**

PEDRO DE CAMARGO NETO Em 2005, quando o Brasil exportou 390 mil toneladas à Rússia, era responsável por dois terços das importações da Rússia. No ano passado, exportou 130 mil toneladas, e isso passou a ser cerca de 20% das importações russas. Hoje, o Brasil é o quarto maior fornecedor da Rússia, tendo à sua frente os Estados Unidos, a União Europeia (UE) e o Canadá. Além disso, a Rússia também quer prestigiar a produção local. No passado, as alegações para cortar as importações do Brasil eram sanitárias, mas relacionadas com a saúde animal; agora, de uns dois anos para cá, eles alegam que os frigoríficos não estão em boas condições, que a carne tem resíduos de fármacos ou biológicos, e assim por diante.

AGROANALYSIS **Não foi estranho eles terem cortado todos os frigoríficos, e não um ou outro?**

PEDRO DE CAMARGO NETO Tratando-se da Rússia, nada é estranho. Eles têm razões que a razão desconhece. Geralmente, são interesses comerciais, como, por exemplo, o fato de não estarem precisando da carne num determinado momento e, nesse caso, se fecham.

AGROANALYSIS **As exigências dos russos são muito grandes?**

PEDRO DE CAMARGO NETO Não são absurdas. Eu acho que as exigências norte-americanas são até mais rigorosas que as russas, e as da UE, mais rigorosas ainda. Aliás, o fato de que o próprio mercado russo está se tornando mais exigente é algo natural. Assim como para a carne bovina e de aves essas exigências são atendidas, para a carne suína também estão sendo atendidas. Ha uma tendência geral de que os compradores se tornem mais exigentes. E isso não ocorre só com o consumidor externo, mas também com o próprio consumidor brasileiro, porque hoje não se produz mais carne suína como se produzia 50 anos atrás, quando o porco era criado em quintais e alimentado com restos de alimentos humanos.

AGROANALYSIS **As tecnologias utilizadas no Brasil, desde a produção ao processamento, são similares às dos outros grandes produtores mundiais?**

PEDRO DE CAMARGO NETO Sim, no caso da carne suína, nosso produto tem um pacote tecnológico muito similar ao deles. No caso da carne bovina, nós temos o boi de pasto, com graus diferentes para cada produtor. Mas no caso das aves e dos suínos, o pacote tecnológico é o mesmo no Brasil e nos outros países. Tirando uma pequena parcela de produção de subsistência, que ainda existe, mas que não é o foco da Abipecs, é muito semelhante ou até melhor que a que existe na Europa ou nos Estados Unidos.

AGROANALYSIS **Existem novos mercados em vista para o produto brasileiro?**

PEDRO DE CAMARGO NETO Hoje, os maiores importadores são Japão, Rússia, Coreia do Sul, México, Hong Kong e China. As perspectivas em relação a Hong Kong e China são excelentes, e hoje já é nosso maior destino. Com a crescente aprovação de fábricas no Brasil pela China, ela deve se tornar um grande mercado e deve ultrapassar o tamanho da Rússia rapidamente.

AGROANALYSIS **Há preferência por cortes em determinados países ou a importação se concentra na carcaça?**

PEDRO DE CAMARGO NETO Hoje quase não se exporta mais carcaça. Esse é um processo natural, que começa com a carcaça e depois vai para o corte. Por exemplo, Hong Kong e China, que antes importavam principalmente miúdos, passaram a importar cortes. No mercado internacional, ocorre naturalmente uma segmentação. Com a abertura do mercado norte-americano, nós acreditamos que vamos exportar para lá cortes como *bacon,* barriga, gordura e costelinha, que são muito demandados e cujo preço é muito bom. Nesses mercados, é preciso fazer um rearranjo constante, assim como se faz com as aves ou a carne bovina, porque cada um tem suas características próprias.

> “Com a crescente aprovação de fábricas no Brasil pela China, ela deve se tornar um grande mercado e deve ultrapassar o tamanho da Rússia rapidamente”

AGROANALYSIS **E como tem se comportado o mercado interno?**

PEDRO DE CAMARGO NETO Com o aumento do poder aquisitivo da população brasileira, todo o consumo interno cresce, e também cresceu a demanda de carne suína, particularmente da linguiça, mas também aumentou a procura por cortes. As pessoas, que antes compravam mais pernil e lombo, hoje procuram cortes. Mas o mercado interno

tem ainda um potencial para crescer. Uma população com mais poder aquisitivo tende a adquirir mais proteína animal e, como o preço da carne suína não subiu tanto quanto a bovina, seu consumo aumentou. Por outro lado, as aves são mais baratas e, portanto, concorrem com a carne suína.

AGROANALYSIS Ainda existe o estigma de que carne suína não faz bem à saúde?

PEDRO DE CAMARGO NETO Nesse campo, a Abipecs encomendou três pesquisas, que foram feitas pelo mesmo pesquisador há mais de dez anos, há sete anos, e a última há cerca de dois anos. Elas revelaram que existe o reconhecimento de que é a carne mais saborosa, mas que também existem dois grandes preconceitos: da higiene e da gordura. O preconceito da higiene deixou de ser importante na última pesquisa, provavelmente porque o consumidor já sabe que a carne suína é produzida em granjas. Mas o fato de que a carne ainda é gordurosa é um preconceito que certamente deve influir no consumo. Nós fizemos um trabalho algum tempo atrás com formadores de opinião – principalmente médicos cardiologistas e nutricionistas –, explicando que a carne suína não é tão gordurosa, e parece que esse preconceito está sendo vencido. Nós fizemos inclusive uma cartilha que se concentrou na questão gastronômica. Tanto é que, hoje, todos os restaurantes mais sofisticados oferecem pratos feitos com carne suína, talvez por conta da influência espanhola ou europeia em geral. Isso acaba também se refletindo nas outras camadas da pirâmide social. É um processo lento, mas que está ocorrendo. A carne suína certamente vai ampliar seu espaço no mercado, mas eu acho que a carne *in natura* ainda é mal trabalhada no varejo. Ainda há problemas de embalagem, já que nem a bandejinha do frango nem a embalagem a vácuo da carne bovina se adaptam muito bem para a carne suína. O fato é que os grandes associados da Abipecs não têm a venda *in natura* como sua grande meta. Eles priorizam a carne industrializada, como presuntos e linguiças, cuja demanda tem crescido muito, e a carne *in natura* tem ficado para ser atendida pelos frigoríficos menores.



> “...como eu sou otimista, acredito que 2012 vai ser um ano excepcional”

AGROANALYSIS Existem problemas no abastecimento de insumos?

PEDRO DE CAMARGO NETO O setor sente muito a crise do milho, que tem sido permanente. No ano passado, nós tivemos momentos difíceis, e acho que este ano vamos ter de novo. Vale lembrar que o milho é responsável por 80% do custo de produção da carne suína. Mas o Brasil também evoluiu muito na produção de milho. Dez anos atrás, não se exportava milho – ele era importado –, mas hoje o Brasil exporta volumes consideráveis. Quando se é exportador, o preço interno equivale ao preço internacional menos alguns custos de logística. Quanto se é importador, ocorre o contrário. Por outro lado, o Brasil é um país muito grande, e sua produção de carne suína se concentra nos Estados do Sul, enquanto a do milho se deslocou para o Centro-Oeste. O problema é a precariedade da infraestrutura de transporte, que encarece nossos produtos. E também a interferência do governo no mercado, com os tais Planos de Escoamento da Produção (PEPs), que às vezes valorizam a exportação do milho e não necessariamente sua função de alimento para a avicultura e suinocultura nacionais.

AGROANALYSIS Como a crise europeia poderia afetar o comportamento dos mercados?

PEDRO DE CAMARGO NETO Os europeus certamente ficaram mais protecionistas, já que a crise cria maiores dificuldades de consumo. Mas nosso principal foco é a Ásia. Nós até queremos abrir o mercado da UE, mas essa não é nossa prioridade.

AGROANALYSIS Qual é o recado que o senhor gostaria de dar aos produtores de carne suína?

PEDRO DE CAMARGO NETO Eu acho que nosso principal foco é a questão sanitária – e precisa continuar sendo. Isso precisa ser tratado como prioridade e está na agenda do nosso setor, apoiando as ações nesse sentido e pressionando os governos federal e estaduais para que os serviços públicos necessários para garantir um alto padrão de sanidade sejam benfeitos. Muita coisa boa já foi feita nesse sentido, senão não teríamos chegado ao ponto em que chegamos como exportadores, mas eventualmente aparecem novos problemas, que precisam ser superados. ■

Macroeconomia

Macroeconomia & Finanças

Rogério Mori*

OS MERCADOS financeiros sempre tiveram um papel importante nas economias modernas. Eles desempenham um papel fundamental ao direcionar os recursos disponíveis na economia para empresas que desejam realizar investimentos produtivos. Também permitem que as famílias realizem empréstimos para obter bens e serviços. Por sua vez, os países podem obter recursos no exterior e estimular seu crescimento.

A globalização e o crescimento dos mercados financeiros amplificaram o papel destes. Seu escopo transcendeu o mero estímulo ao crescimento econômico, e os mesmos passaram a determinar o emprego e a política nos países.

Ao longo das últimas décadas, observou-se uma crescente liberalização no segmento financeiro nos EUA e na Europa, sendo que a criação de cada vez mais inovações financeiras foi a tônica nesse processo.

Essa mudança e ampliação do escopo de ação dos mercados foi acompanhada por cada vez mais episódios de crises financeiras. Nos anos 1990, várias economias emergentes (México, países asiáticos, Rússia e Brasil) sofreram com as mudanças nos humores do mercado e enfrentaram crises profundas.

A abundância de liquidez nos EUA e em alguns países europeus levou inúmeros agentes de mercado a praticarem excessos na década passada, com alavancagens exageradas e aplicações de elevado potencial de risco. O resultado desse processo foi observado na crise de 2008 e na subsequente estagnação econômica dos EUA nos últimos anos. Na Europa, a situação chega a ser mais crítica: os excessos de gastos de diversos governos foram tolerados por vários anos por bancos que carregavam a dívida desses países. A súbita reversão do ciclo econômico e a crescente aversão ao risco têm diminuído o apetite por papéis desses países, que estão sendo forçados a fazer ajustes recessivos em um ambiente de desemprego alto e recessão.

Apesar dessa problemática, os economistas foram incapazes de antever essas crises. Mesmo com todos os sinais, poucos foram os que de fato alertaram de forma consistente para os problemas latentes do exponencial crescimento dos mercados financeiros e da crescente desregulação do sistema.

Nesse contexto, pode se dizer que essa incapacidade reside, em certo sentido, em como a ciência econômica aborda a questão dos mercados financeiros e da temática relativa a Finanças. Sob essa perspectiva, qualquer livro-texto de Macroeconomia orientado para a graduação em ciências econômicas ou para cursos de MBA não abrange de forma adequada o papel do sistema financeiro na economia. Nesse contexto, no processo de formação do economista moderno, a compreensão dos mercados e o seu impacto sobre o sistema econômico são relegados a segundo plano. Mesmo em nível de pós-graduação, em obras de Macroeconomia Avançada, é difícil encontrar uma análise adequada dos mercados e do seu papel na economia moderna.

O estudo da Macroeconomia ainda se pauta, em grande medida, em modelos que não incorporam questões relativas a Finanças. Tome-se, por exemplo, o regime de metas para inflação, que é a estrutura básica de alguns dos principais bancos centrais do mundo (Banco Central Europeu, Banco da Inglaterra, Banco do Japão, Banco Central do Brasil etc.) para a administração da política monetária. Esse regime nasceu em fins dos anos 1980 e representa a expressão clara de que a política monetária tem como papel principal controlar a inflação e é incapaz de manter o produto acima do pleno emprego permanentemente. Nessa sistemática, o foco central da atuação do Bacen é coordenar os esforços da política monetária no sentido de fazer com que a inflação atinja o centro da meta estabelecida. Nesse processo, o Banco Central também tem como papel promover o pleno emprego na economia.

Embora esses princípios sejam louváveis do ponto de vista econômico e, de fato, colocam corretamente a inflação no eixo central da ação do Bacen, ela desconsidera inteiramente os efeitos potenciais da ação dos juros sobre outros aspectos da economia e da dinâmica potencialmente danosa desse processo. Por exemplo, a prática de juros excessivamente baixos nos EUA pelo FED (Federal Reserve System) por boa parte da década passada representou um dos fatores que estimularam a formação da bolha de preços de imóveis e dos excessos do lado do crédito. O FED agiu corretamente dentro da lógica de priorizar a inflação e o crescimento, mas desconsiderou os efeitos potencialmente danosos para a economia norte-americana oriundos do processo de formação de bolhas que ocorreu a partir disso.

O efeito prático da dissociação do estudo da Macroeconomia e de Finanças é que um importante segmento da economia, que é o mercado financeiro, no qual decisões fundamentais são tomadas em questão de minutos, ainda é pouco ou inadequadamente compreendido pelos economistas no mundo afora. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

AGRONEGÓCIO PERDE UM GRANDE LÍDER


AG. CÂMERA/DIVULGAÇÃO

Com a morte do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), ocorrida no último dia 30 de janeiro, o agronegócio brasileiro perdeu um de seus maiores aliados. Considerado entre os parlamentares um dos mais ferrenhos defensores da reforma do Código Florestal, entre seus feitos, Micheletto presidiu a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) e foi presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Foi designado relator do projeto oriundo do Executivo sobre o Fundo de Catástrofe, também conhecido como fundo da renda rural, projeto já sancionado pelo presidente Lula e que está em processo de regulamentação.

AS REIVINDICAÇÕES DOS SETORES DE CARNES


UBABEF

O ministro Mendes Ribeiro Filho, da Agricultura, esteve em São Paulo, antes do Carnaval, para se reunir com representantes dos três setores de cárneos: os presidentes da União Brasileira de Avicultura (Ubabef), Francisco Turra; da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro de Camargo Neto; e da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Antônio Camardelli. Na lista de reivindicações, a habilitação de 41 plantas frigoríficas para exportação ao mercado chinês, o fim do embargo russo, a revisão do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal (Riispoa) e a Proposta de Emenda à Consituição (PEC) que prevê a liberação de 200 mil toneladas de milho para os produtores gaúchos e catarinenses atingidos pela seca.

FAZENDAS APTAS A EXPORTAR PARA A UE

O Mapa voltou a publicar a lista de fazendas autorizadas a fornecer bovinos para abate e venda da carne *in natura* para a União Europeia (UE). Com a decisão, o Brasil retoma o gerenciamento da relação – conhecida como "lista trace" –, que desde 2007 era feito exclusivamente pelas autoridades europeias. A solicitação de retirada da exigência de que a lista de fazendas habilitadas fosse publicada no diário oficial europeu (Diretiva 61) era uma reivindicação permanente do Brasil nos últimos anos. O impasse foi tema de inúmeras reuniões com a Direção-Geral de Saúde e Consumidores da Comissão Europeia (DG-Sanco, sigla em inglês), em Bruxelas.

BRASIL AMPLIA COMÉRCIO COM A CHINA

Durante a 2ª Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), realizada em Brasília, no mês passado, foi anunciada a ampliação do comércio bilateral pelos ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, e Zhi Shuping, da Administração-Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena, da China. Novos frigoríficos brasileiros serão habilitados a exportar carne bovina, suína e de aves para o país asiático.

TABACO

Requisitos fitossanitários para a exportação de folhas de tabaco para a China também foram discutidos. O governo chinês está finalizando o processo de habilitação dos Estados da Bahia e de Alagoas, o que deve ser feito após o serviço fitossanitário daquele país verificar alguns procedimentos legais que faltam para fechar a negociação. Finalizada essa etapa, a documentação para habilitação dos Estados de Santa Catarina e do Paraná também será analisada.

MILHO

A abertura do mercado chinês para o milho brasileiro também foi discutida. O governo chinês vai enviar, este mês, uma equipe de especialistas ao Brasil para realizar visitas nas áreas de produção de milho. Dessa forma, os chineses pretendem agilizar e concluir a análise de risco do cereal brasileiro.

SAFRA 2011/12 TEM QUEBRA DE PRODUÇÃO

O quinto levantamento da safra 2011/2012, realizado pela Conab, entre 16 e 20 de janeiro, mesmo com a expansão de 3,3% (1,63 milhão de ha) na área plantada, em comparação com a safra passada, indica que a produção nacional de grãos deve ficar em 157 milhões de toneladas, uma redução de 3,5% ou 5,770 milhões de toneladas, se comparada ao período anterior, quando alcançou 162,958 milhões de toneladas. A queda é atribuída a fatores climáticos, como a seca que atingiu principalmente a região Sul do País.

BRASIL LIDERA EXPANSÃO DOS TRANSGÊNICOS

Com 30,3 milhões de hectares em 2011, o País obteve o maior crescimento entre os países produtores de culturas transgênicas. O anúncio foi feito pelo Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (Isaaa). Com esse resultado, o Brasil amplia sua produção e consolida a segunda posição no *ranking* mundial de países que adotam a biotecnologia em suas lavouras. Os Estados Unidos são o primeiro, com 66,8 milhões de hectares. Na sequência, vêm Argentina, 23,7 milhões; Índia, 10,6 milhões; Canadá, 10,4 milhões; e China, 3,9 milhões.

ISAAA
INTERNATIONAL SERVICE FOR THE ACQUISITION OF AGRI-BIOTECH APPLICATIONS

EXPORTAÇÕES PARA OS PAÍSES ÁRABES

Segundo a Agência de Notícias Brasil-Árabe (Anba), os países árabes são o segundo maior destino das exportações do agronegócio brasileiro. No ano passado, as vendas externas do setor para aquela região do mundo somaram US$ 10,87 bilhões, o que corresponde a 11,5% da receita gerada pelas vendas externas do agronegócio para 202 nações. Em 2011, as exportações de nossos produtos agropecuários para o mundo geraram uma receita de US$ 94,591 bilhões.

ETANOL BRASILEIRO NOS EUA

Com o fim do imposto de importação do etanol nos Estados Unidos, que expirou em 31 de dezembro de 2011, o etanol brasileiro poderá, no médio prazo, vir a abastecer o mercado da Flórida e da Costa Leste norte-americana. A previsão é do presidente da Cosan, Marcos Lutz, acrescentando que a Flórida está mais perto do Brasil que a região de produção de etanol de milho dos Estados Unidos, que fica no Centro-Oeste, o que daria ao Brasil vantagem competitiva em relação aos preços.


UNICA

COMERCIALIZAÇÃO DE SÊMEN


ABA

A Associação Brasileira de Inseminação Artificial (Asbia) divulgou os resultados da comercialização de sêmen de 2011. Segundo os dados do Index, índice da Asbia que representa 90% do mercado, em 2011, a venda de sêmen alcançou 11.906.763 doses, das quais, 7.011.641 de corte e 4.895.122 de leite. Esse resultado ficou 23,55% acima do de 2010, que foi de 9.637.337 doses. O presidente da entidade, Lino Rodrigues Filho, projetou, para 2015, a marca de 20 milhões de doses de sêmen. Segundo ele, os frigoríficos também estão olhando a inseminação artificial de outra forma, e alguns inclusive estão patrocinando pacotes de IA. Destacou, ainda, o crescimento da Inseminação Artificial a Tempo Fixo (IATF), que cresceu 65 vezes entre 2002 e 2011.

UM BOM EXEMPLO

A Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf) de Mato Grosso distribuiu, através de 15 Consórcios Intermunicipais, 75 mil doses de sêmen das raças Gir, Girolando, Jersey e Holandesa para produtores dos 141 municípios do Estado. Atualmente, Mato Grosso produz três milhões de litros de leite/dia e quer, com o melhoramento genético dos pequenos rebanhos, aumentar para cinco milhões de litros/dia até 2014.

"O agronegócio é a mola mestra da economia tocantinense, pois gera emprego e renda."

RICARDO KHOURI, presidente da Coapa e do Sistema OCB/Sescoop-TO – Organização das Cooperativas Brasileiras/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Tocantins, em entrevista ao programa CBN Tocantins, na rádio CBN Tocantins, de Palmas

"Precisamos apoiar a lógica do governo brasileiro, que é a de conduzir a discussão na Rio+20 para a direção em que haja equilíbrio no tripé: econômico, ambiental e social."

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, recém-eleito presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), durante o Fórum Abag Despertar para a Rio+20

"O setor privado brasileiro, sobretudo o *agribusiness*, mostrou que há possibilidade de haver equilíbrio entre o ambiental, o social e o econômico no processo produtivo."

EMBAIXADOR ANDRÉ CORREA DO LAGO, chefe do Departamento de Meio Ambiente e Temas Específicos do Ministério das Relações Exteriores, ao explicar, em sua palestra, no Fórum Abag Despertar para a Rio+20, que a Rio+20 representa uma grande oportunidade para o Brasil mostrar que ele é hoje vanguarda no equilíbrio na produção sustentável



"Hoje, temos 50 milhões de hectares cultivados e, se mantivéssemos a mesma produtividade de 20 anos atrás, precisaríamos ter desmatado 57 milhões de hectares a mais. Isto é fato. Isso está feito, não é promessa ou compromisso diplomático."

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro Estudos em Agronegócio - GVAgro, da FGV, e ex-ministro da Agricultura, durante o Fórum Abag Despertar para a Rio+20, ao lembrar que o governo também precisa recordar na conferência as conquistas do agronegócio brasileiro nos últimos anos

"O grande desafio é planejar o agronegócio para 2020, tentar minimizar os gargalos para que nós possamos chegar lá como o maior produtor e maior exportador de alimentos do mundo."

SENADORA KÁTIA ABREU (PSD-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), em artigo na Rede Agro

"O papel do ministro deve ser igual ao de um bom juiz de futebol, que apita o jogo sem aparecer."

MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, durante reunião, em São Paulo, com os presidentes da União Brasileira de Avicultura (Ubabef), Francisco Turra; da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro de Camargo Neto; e da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Antônio Camardelli

"Devemos recuperar, até 2020, cerca de 15 milhões de quilômetros quadrados de terras degradadas, uma extensão equivalente ao território da Itália ou a toda a área plantada da Argentina."

ERIKSON CAMARGO CHANDOHA, secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em palestra no Fórum Abag Despertar para a Rio+20

Competitividade é a chave

O que podemos aprender com a crise europeia?

Felippe Serigati*

HÁ UM DEBATE em torno de quais são as principais raízes da crise europeia. De um lado, um grupo de analistas afirma que, no fundo, o problema foi a falta de disciplina fiscal de alguns países. De acordo com esta hipótese, estes países mantiveram por um longo período as contas públicas no limite do aceitável e quando precisaram socorrer o setor privado (bancos e empresas) na crise de 2008 não suportaram o volume de gastos necessários para reativar suas economias.

De outro lado, há um grupo que defende que, no final das contas, a crise europeia é resultado de uma união monetária entre países com níveis de competitividade muito diferentes, o que levou a persistentes desequilíbrios de balanço de pagamentos.

Para aqueles que não estão habituados com o vocabulário econômico, o balanço de pagamentos é a conta que registra a entrada e a saída de moeda estrangeira (por exemplo, dólar ou euro) de um país. Moeda estrangeira (mais precisamente divisas) pode entrar em um país sob diversas formas, as principais são exportações, investimentos ou dívidas. No sentido inverso, os principais canais pelos quais moeda estrangeira pode sair são via importações, remessa de lucros e dividendos e pagamento de dívida (juros e principal).

Dessa forma, este último grupo afirma que, devido aos diferentes níveis de competitividade entre os membros da zona do euro, não havia um equilíbrio entre exportações e importações entre os países. De um lado, os países nórdicos, mais competitivos, com especial destaque para a Alemanha, exportavam muito para os países do sul, menos competitivos. Estes, consequentemente, acumularam persistentes déficits de balança comercial. Para fechar o balanço de pagamentos, eles tinham de atrair divisas (por exemplo, emitindo dívidas), e este processo fez com que tais países chegassem na situação em que se encontram hoje.

Diferença de competitividade entre países é algo completamente normal, porém, há um instrumento clássico que



O novo teste de fogo será em 20 de março

O ano de 2012 tinha começado relativamente mais tranquilo para a Europa. Por trás deste clima ameno, havia a decisão do Banco Central Europeu (BCE) de garantir liquidez para os bancos europeus. Em outras palavras, o BCE sinalizou que não vai deixar banco algum quebrar e que está disposto a injetar dinheiro neles para que possam refinanciar a dívida dos países com problemas de solvência. Importante: isso não significa que os bancos, uma vez com o dinheiro nas mãos, realmente vão querer assumir este alto risco e refinanciar tais dívidas.

O teste de fogo virá agora na terceira semana de março quando os gregos terão de rolar parte significativa dos seus papéis. É consenso que a Grécia não tem como pagar sua conta. Desde janeiro, tem sido negociado um "calote organizado", e o produto final destas reuniões é que os bancos terão de assumir uma perda maior com relação aos papéis da dívida grega. O que se discute é o tamanho do novo prejuízo.

Se, de um lado, os bancos terão de reconhecer tal prejuízo, de outro, o governo grego se comprometeu a realizar novos cortes em seu orçamento (salários de funcionários públicos, aposentadorias, benefícios sociais, investimentos etc.). A pressão popular grega contra estes novos cortes é imensa, e o mercado não tem grande confiança de que o governo grego cumprirá sua parte no acordo. O histórico grego também ajuda; eles não realizaram os cortes necessários nos pacotes acertados em 2011.

Mais uma vez, todos acompanham atentamente como a situação da Grécia será conduzida, pois isto sinalizará como serão tratados os demais países da zona do euro com problemas de solvência. Portugal é o próximo da fila e já está pedindo um tratamento semelhante àquele dado aos gregos.

O caso da aposentadoria dos servidores públicos

Apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil ainda é um país de renda média. Ou seja, em termos *per capita,* nossa renda, embora em expansão, ainda é bastante limitada. Dado que o volume total de recursos disponíveis não é tão grande assim, é necessário usar estes recursos da maneira mais sensata possível. O caso do déficit das aposentadorias dos servidores públicos não é um bom exemplo de como alocar os recursos disponíveis.

Estima-se que em 2012 o déficit da previdência pública ultrapassará R$ 62 bilhões. É um volume muito grande de recursos que transfere o dinheiro do contribuinte e beneficia um pequeno grupo de pouco mais de um milhão de pessoas. A título de comparação, o déficit da previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, que atende a mais de 25 milhões de pessoas, foi de R$ 35,5 bilhões em 2011.

Para ter uma ideia da dimensão do buraco da previdência pública, com estes R$ 62 bilhões seria possível:

- Mais que duplicar o investimento público, que em 2011 consumiu R$ 45,7 bilhões;
- Aumentar em 58% os recursos disponíveis do Plano Safra, que em sua edição 2011/2012 conta com um orçamento de R$ 107 bilhões;
- O orçamento anual da USP é de R$ 3,5 bilhões. Ou seja, apenas com o dinheiro necessário para cobrir o déficit da previdência pública seria possível manter, pelo menos financeiramente, no mínimo, outras 17 USPs, incluindo o Hospital das Clínicas. Dá para imaginar o que seria se cada região do País pudesse ter de três a quatro USPs?

Será que para um país de renda média como o Brasil é razoável manter uma política como esta? Direitos adquiridos têm de ser respeitados, mas não parece ser razoável manter o sistema e as regras que têm criado tamanha despesa.

ameniza este problema: a taxa de câmbio nominal. Países menos competitivos podem depreciar sua taxa de câmbio, aumentando a competitividade de suas exportações e, simultaneamente, encarecendo as importações. No entanto, após a introdução da moeda única, não há mais uma taxa de câmbio nominal entre os membros da zona do euro; afinal, todos usam a mesma moeda.

Esta diferença de competitividade também pode ser interpretada como diferentes estratégias de crescimento econômico. Enquanto os países periféricos da zona do euro expandiam suas economias via consumo, impulsionado pelo maior poder de compra que o euro proporcionou para essas populações, a Alemanha conteve o aumento dos salários, mesmo tendo uma mão de obra mais produtiva e um sistema de produção em geral mais eficiente. O ponto é que, quando não há taxa de câmbio, a competitividade de um país fica determinada quase totalmente pelos custos de produção. Os alemães acertadamente preferiram conter o custo da sua mão de obra, mesmo que isso significasse consumo mais moderado.

O que o Brasil pode aprender com o caso alemão?

Competitividade é a chave para manter a economia crescendo no longo prazo. O Brasil não pode acreditar que poderá crescer e se desenvolver economicamente contando apenas com o dinamismo do seu mercado interno. Apesar dos significativos avanços que a economia brasileira obteve nos últimos 20 anos, não dá para negar que tem ficado cada vez mais caro produzir no Brasil. Entre as diversas razões do elevado custo Brasil merecem destaque:

- Elevados custos logísticos e de transporte;
- Elevados custos da energia;
- Elevados custos de capital;
- Elevada e predatória carga tributária;
- Excessiva burocracia;
- Mão de obra cara relativamente à sua produtividade.

Para os dois primeiros itens, é necessário aumentar o investimento. Para tanto, do lado do setor privado, são necessárias taxas de juros mais baixas para que projetos de longo prazo se tornem financeiramente viáveis. Do lado do setor público, há a necessidade de gerir melhor o seu gasto. O setor público brasileiro é bastante ineficiente, gasta muito e, pior, gasta mal. O caso do déficit da previdência dos servidores públicos é no mínimo insensato. Com o setor público gastando mal, não é possível nem aumentar devidamente o investimento público nem reduzir ou, pelo menos, racionalizar nossa carga tributária.



Por fim, é necessário reconhecer que o custo da mão de obra nacional tem crescido a uma velocidade maior que a sua produtividade. O aumento do custo da mão de obra brasileira é resultado, de um lado, do próprio crescimento econômico, e de outro, de um conjunto de políticas sociais cujo objetivo é reduzir a desigualdade social e potencializar o mercado interno (por exemplo, sucessivos aumentos do salário mínino). Embora estas políticas defendam um objetivo legítimo, é importante reconhecer que elas também têm gerado um efeito indesejado: o Brasil está perdendo competitividade e está se tornando um país caro.

A solução não é reverter o processo e reduzir salários, mas aumentar a produtividade média do trabalhador brasileiro. No entanto, não é possível fazer isso sem melhorar o sistema educacional e a qualificação da nossa força de trabalho. Infelizmente, isso é uma política cujos resultados só serão colhidos no médio e no longo prazo e depende do esforço de todos: do setor público, que deve oferecer oportunidade para que aqueles que queiram e tenham a chance de estudar e, por outro lado, que pelo menos parte significativa da população reconheça a educação como um instrumento de cidadania fundamental e esteja disposta a alocar fração significativa do seu tempo e dos seus recursos financeiros.

Mais uma vez, é necessário dizer que apenas o mercado interno e as vantagens comparativas naturais brasileiras não serão suficientes para sustentar o desenvolvimento da nação no longo prazo. Sem mão de obra razoavelmente qualificada e produtiva, não teremos qualquer chance de nos mantermos neste jogo. Será que é realmente interessante para o Brasil se tornar um país caro enquanto ainda tem apenas uma renda *per capita* mediana? ■

* Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley. felippeserigati@gmail.com

Produção sustentável

A importância do setor sucroenergético no Brasil

Plinio M. Nastari*

O SETOR SUCROENERGÉTICO no Brasil compreende todas as atividades agrícolas e industriais relacionadas à produção de açúcar, bioetanol e bioeletricidade. No Brasil, estes produtos decorrem de forma quase exclusiva do processamento de cana-de-açúcar utilizada para fins industriais. Há também um volume de cana-de-açúcar produzido para outros usos, principalmente alimentação animal e transformação em aguardente.

O setor sucroenergético pode ser considerado um dos exemplos mais bem-sucedidos de estratégia integrada de desenvolvimento econômico descentralizado, capaz de atingir elevado grau de sustentabilidade ao longo do tempo. A producão integrada e sustentável de energia e alimento através da cana-de-açúcar, com a preservação de recursos naturais e o respeito ao meio ambiente, trouxe resultados comprovados de redução da pobreza e da miséria, com reconhecido impacto no desenvolvi-



mento das regiões onde se instalou. Por este motivo, os resultados obtidos com o bioetanol e a bioeletricidade a partir da cana podem ser um dos melhores casos reais, e implementados, de sustentabilidade que o País poderá apresentar na próxima Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a ser realizada no Rio de Janeiro, no próximo mês de junho (Rio+20).

No campo econômico, a contribuição do setor tem sido expressiva, pelo seu enorme efeito multiplicador na economia e pela significativa economia de divisas com a importação de combustível.

No campo socioambiental, o desenvolvimento do setor permitiu melhora significativa das condições e da qualidade do emprego e trouxe ganhos significativos para a redução da emissão de gases de escape de veículos leves, além da contribuição altamente expressiva na redução de Gases do Efeito Estufa (GEE).

Por suas características e pelos impactos que gera, o setor sucroenergético brasileiro conseguiu provar que é possível atingir equilíbrio na evolução das vertentes econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

É importante registrar que esta experiência pode ser transferida de forma igualmente exitosa para outros países, desde que condições básicas de regulação e apoio inicial sejam estabelecidas.

O setor sucroenergético é, também, o único setor agroindustrial em que o Brasil tem domínio pleno de tecnologia, nos campos agrícola e industrial, com vasto estoque de inovações ainda possíveis de implementação, e grande potencial para um novo salto de produtividade.

As características de sustentabilidade da atividade podem ser identificadas em vários aspectos sociais, econômicos e ambientais. Mas há um aspecto fundamental, relacionado ao uso da terra e à reciclagem de elementos químicos fertilizadores do solo, que é pouco analisado e também merece destaque.

Como a cana é colhida anualmente durante cinco ou mais anos antes de precisar ser replantada, a utilização de adubos minerais é baixa. Além disso, boa parte deles é substituída pelo uso de fertilizantes orgânicos, produzidos a partir de resíduos da indústria, tais como a vinhaça e a torta de filtro.

A vinhaça é um resíduo naturalmente rico em potássio, o elemento químico na formulação de adubos químicos do qual o Brasil é mais dependente por importações. Outros nutrientes naturais que são extraídos do solo pela cana-de-açúcar também estão presentes na vinhaça, assim como na torta de filtro e na cinza de caldeiras, que são retornados ao solo.

Esta é uma das caracteristicas mais interessantes e diferenciadoras do cultivo da cana-de-açúcar e do seu processamento pelo setor sucroenergético em relação a outras culturas agrícolas e suas agroindústrias. O setor sucroenergético somente "exporta" carbo-hidratos, açúcar e etanol, para fora do seu sistema agroindustrial. As moléculas de açúcar e etanol contêm apenas átomos de carbono (C), hidrogênio (H) e oxigênio (O). Todos os outros elementos químicos, como nitrogênio (N), fósforo (P), potássio (K), cálcio (Ca), magnésio (Mg), enxofre (S) e outros micronutrientes são, em grande parte, reciclados.

Um estudo compreensivo sobre o ciclo de nutrientes bioquímicos no complexo sucroenergético foi desenvolvido por Barbosa (2007)[1]. Muitas usinas no Brasil já monitoram o balanço de nutrientes que é retornado ao solo a partir dos nutrientes contidos nos resíduos gerados pelo setor sucroenergético. Esta reciclagem é possível graças à proximidade das áreas de cultivo em relação às usinas, devido à logística natural da cana-de-açúcar. Outras culturas agrícolas não permitem a mesma recuperação de macro e micronutrientes: soja, milho, trigo, cítrus, algodão, e todas as outras culturas que exportam nutrientes extraídos do solo.

Esta é uma das principais características de sustentabilidade de longo prazo do setor sucroenergético, aprimorada pelo sistema e pela experiência desenvolvida no Brasil, pois determina a habilidade de reproduzir, para o maior número possivel de gerações no futuro, condições apropriadas de produção através do uso de recursos naturais, através de sistemas bem conduzidos de cultivo de cana-de-açúcar. O consorciamento da cana com outras culturas em sistemas de rotação de cultivo em áreas de renovação e o cultivo de leguminosas e outras espécies têm acelerado o processo de incorporação de nitrogênio e matéria orgânica nos solos.

Estas práticas têm permitido um baixo uso de fertilizantes industrializados nos canaviais brasileiros, contribuindo para a redução dos GEE, uma vez que na fabricação de adubos minerais são utilizados combustíveis fósseis. Em muitos casos, como a cultura da cana-de-açúcar tem expandido em solos pobres em fósforo (P), potássio (K), cálcio (Ca), magnésio (Mg) e matéria orgânica, seus efeitos têm contribuído para a "construção" de solos, aprimorando ao longo do tempo suas características de fertilidade e capacidade de retenção de umidade.

Os benefícios diretos e as externalidades positivas do desenvolvimento do setor sucroenergético são reconhecidos e incontestáveis. As demandas por etanol, bioeletricidade e açúcar, nos mercados interno e externo, continuam em crescimento. No entanto, elementos recentes da regulação do governo para o setor têm gerado incertezas que desestimulam novos investimentos em expansão da capacidade industrial. Alterar este quadro, e retomar sua trajetória de expansão, é o maior desafio atual do setor sucroenergético brasileiro. ■

[1]Barbosa, W., Ciclos biogeoquímicos como subsídio para a sustentabilidade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar, dissertação, Unesp, Jaboticabal, Maio 2007.

*Mestre e doutor em economia agrícola e presidente da Datagro Consultoria

Rede empresarial

Diminuindo os riscos nas novas fronteiras agrícolas

Cleber Lima Guarany*

O DESENVOLVIMENTO das redes sociais na *internet* potencializa uma organização social nunca vista. A intensa troca de informações propiciada por estes instrumentos transformou a maneira como as pessoas se relacionam e se organizam na sociedade.

Nos últimos meses, essas tecnologias mostraram seu poder e permitiram desde a mobilização de cidadãos em protestos contra a crise financeira na Europa até a organização da resistência civil contra regimes autoritários no Oriente Médio.

Ao se observar esse processo na área corporativa, nota-se que essa interação por meio de redes está em fase bem mais incipiente. O relacionamento entre empresas ainda é muito pouco explorado, ao contrário do que se observa entre pessoas.

Em um ambiente de mercado, companhias se relacionam com empresas a montante ou a jusante de sua cadeia de valor e, via de regra, este relacionamento é feito tradicionalmente com base na compra e venda de produtos e serviços.

Uma nova visão começa a ser considerada para o relacionamento entre empresas da cadeia de valor, de modo a criar vantagens competitivas para aquelas que atuarem em rede e não isoladamente.

Neste aspecto, as chamadas "redes de empresas" ganham maior importância quando aplicadas em projetos estruturantes (de efeito multiplicador e grande impacto econômico e social) em países emergentes, onde as condições estruturais ainda não estão totalmente formadas, e os gargalos de logística, legislação e mão de obra levarão tempo para serem resolvidos.

Atuando em rede, os novos entrantes terão melhores condições de mitigar seus riscos e aumentar suas rentabilidades, uma vez que poderão compartilhar uma estratégia coordenada.

Até o presente, a decisão de entrar em um novo mercado se baseia na ação isolada de uma empresa ou de um grupo especializado em um determinado elo dessa cadeia de valor. Quando isso ocorre, essa empresa assume os riscos inerentes de um novo entrante e, muitas vezes, opta por um início mais gradual de modo a evitar grandes prejuízos financeiros.

Tomemos, como exemplo, o setor de biocombustíveis, que na esteira do sucesso brasileiro começa a ganhar força em muitas regiões do mundo. Se uma companhia desse setor decide entrar em um país onde a atividade irá começar, através de um marco regulatório criado pelo governo local para misturar o etanol à gasolina, por exemplo, essa empresa poderia implementar uma estratégia colaborativa, criando uma rede de participantes do setor.

A usina de etanol poderia liderar a integração de outros entrantes de modo a se construir uma estratégia única de atuação para atender a esse novo mercado, com menores riscos e maiores chances de sucesso. Esse modelo também tem a vantagem de consolidar o posicionamento das empresas nesse novo mercado, trazendo as vantagens inerentes ao pioneirismo.

O mundo está cada vez mais integrado em busca de melhor qualidade e menores custos. Para o setor agrícola em particular, buscar inovação nas estratégias de mercado é questão de sobrevivência e exige cada vez mais que as empresas quebrem velhos paradigmas e adotem novas estratégias de atuação para manterem-se competitivas.

Rede de empresas



O conceito de rede de empresas é mais uma opção a ser considerada em novas fronteiras agrícolas. O Brasil, neste caso, tem uma ótima oportunidade com esse tipo de abordagem, pois, além de possuir um pacote tecnológico eficiente e reconhecido internacionalmente, dispõe de um parque agroindustrial em condições de atender aos desafios desses novos mercados. ■

*Coordenador de projetos da FGV Projetos

África do Sul

Motor econômico da África Austral

Gilmar P. Henz[1]
Carolina H. Von der Weid[2]

A ÁFRICA DO SUL é o maior e mais desenvolvido mercado do continente africano, representando cerca de 40% do PIB de toda a África Subsaariana. Com uma população próxima dos 50 milhões, apresenta um PIB *per capita* superior a US$ 7.000 (2010), prevendo-se um crescimento médio anual de 4% ao longo dos próximos quatro anos. É uma economia emergente dotada de sistemas jurídicos e financeiros bem desenvolvidos e sofisticados.

O mercado sul-africano tem aumentado as importações de produtos agrícolas e alimentos nos últimos anos. Aliado a este fator e fruto dos diversos acordos comerciais e aduaneiros com países vizinhos, como membro da Southern African Development Community (SADC) e da Southern African Customs Union (Sacu), a África do Sul é a principal porta de entrada para o mercado da África Austral. Além disso, as redes varejistas sul-africanas são muito bem estruturadas e estão presentes em praticamente toda a região subsaariana.

A África do Sul vive um momento de reconhecimento internacional pelo sucesso na realização da Copa do Mundo em 2010 e por sua recente incorporação ao grupo dos Brics. Apesar de o país ser rico em minérios e ter avançado muito em infraestrutura, apresenta graves problemas sociais, como alta taxa de desemprego, estimada em mais de 32%; uma sociedade profundamente desigual, com aproximadamente 50% da população sobrevivendo com 8% da renda do país; problemas de integração racial ainda não resolvidos após o fim do regime do *apartheid* em 1994; e um complexo processo de reforma agrária e redistribuição de terras.

A agricultura comercial sul-africana é muito desenvolvida, com adoção de tecnologias modernas e alta produtividade, mas depende basicamente da produção de cerca de 40 mil fazendeiros brancos, de origem *afrikaner,* que detêm 80% das terras agricultáveis do país. Em contraste, a maioria negra ainda não foi contemplada pelo processo de reforma agrária, uma das principais promessas feitas pelo governo do Congresso Nacional Africano – ANC, partido no poder desde 1994.

Produtos de origem animal, culturas anuais e produtos hortícolas são os setores fundamentais da agricultura sul-africana.

A pecuária contribui com até 49% da produção agrícola, e o país produz, em geral, 85% de suas necessidades de carne, enquanto os restantes 15% são importados da Namíbia, de Botsuana, da Suazilândia, Austrália, Nova Zelândia e União Europeia. Os produtos de origem animal geraram renda bruta de US$ 9,2 bilhões em 2011, sendo a produção de frangos (US$ 3,2 bilhões), a de gado bovino (US$ 2,1 bilhões) e a de leite (1,3 bilhão) as mais importantes. O país também produz ovos, suínos, ovinos, caprinos e avestruzes.

O milho é a principal cultura do país e alcançou uma renda bruta de US$ 1,9 bilhão em 2011, correspondente a 44% do total das lavouras, estimado em US$ 4,3 bilhões. A produção de cana-de-açúcar (US$ 757 milhões) também é uma cultura relevante para o país, seguida por trigo, feno, girassol, soja e outras.

Os produtos hortícolas são tão importantes quanto as culturas anuais, gerando uma renda bruta de US$ 4,6 bilhões, com destaque para as frutas temperadas (US$ 1,2 bilhão) e hortaliças (US$ 1,1 bilhão), seguidas por citros, batata, viticultura, frutas subtropicais e outros produtos.

Entre 2008 e 2010, a Sacu importou de US$ 5,4 bilhões (2008) a US$ 4,9 bilhões (2010) em produtos agrícolas, sendo os principais arroz, trigo, torta de soja, óleo de dendê, misturas para pães e outros preparados, carnes e miúdos de frango, óleos vegetais (girassol e algodão), fumo, algodão, café, malte, rações e grãos de leguminosas.

Em valores absolutos, a Argentina é o país que mais exporta produtos agrícolas para os países da Sacu, principalmente torta de soja, alcançando US$ 611 milhões (2010), seguida por Tailândia (US$ 379 milhões), Brasil (US$ 377 milhões), Alemanha (US$ 350 milhões), Reino Unido (US$ 302 milhões) e China (US$ 294 milhões).

Negociações e perspectivas

O maior desafio no comércio bilateral agrícola do Brasil com a África do Sul é a balança comercial francamente favorável ao agronegócio brasileiro. Além de enfrentar diversas limitações climáticas e disponibilidade de terras, a agricultura sul-africana produz praticamente os mesmos produtos agrícolas que o Brasil, inclusive na mesma época de colheita para culturas anuais e frutas, tendo em vista que o país também está localizado no Hemisfério Sul. As poucas exceções são vinhos e licores, carne de avestruz e algumas frutas de clima temperado.

Desde o surto de febre aftosa no Brasil em 2005, as negociações para reabertura do mercado sul-africano para a carne bovina e suína têm sido difíceis e morosas, com reiteradas solicitações de detalhes técnicos acerca da condição sanitária dos rebanhos brasileiros e pressão brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra. A abertura do mercado sul-africano às exportações brasileiras de carne suína foi atrelada a "um maior acesso dos vinhos sul-africanos ao mercado brasileiro", uma negociação que o governo sul-africano denominou de *swine for wine*. Por sua vez, o governo brasileiro entende que é contra as regras do comércio internacional o condicionamento de questões sanitárias a questões comerciais, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) acionou o Comitê SPS da OMC em 2011 com uma Preocupação Comercial Específica, além de ter solicitado reuniões bilaterais paralelas. No estágio atual das negociações, é impossível definir prazos para a solução da questão, estando previstas reuniões bilaterais para discussão nos próximos meses.

Em junho de 2011, o setor avícola brasileiro foi surpreendido com o pedido de investigação de *dumping* nas exportações para a África do Sul. Mesmo antes de a investigação ter início, houve várias tentativas brasileiras, envolvendo empresas privadas, Ubabef, MDIC, Mapa, MRE e a Embaixada do Brasil em Pretória, para convencer as autoridades sul-africanas e a Southern African Poultry Association (Sapa) de que nosso país seguia as normas internacionais de comércio em mais de 120 países onde o produto nacional é comercializado. Em 10/2/2012, a Comissão de Administração de Comércio Internacional da África do Sul (Itac) decidiu sobretaxar o frango inteiro conge-

Importação de produtos agrícolas pela Southern African Customs Union (Sacu) de 2008 a 2010 (US$ mil)

	2008	2009	2010
Arroz	552.838	540.400	441.782
Trigo	516.018	333.999	286.213
Bebidas alcoólicas	8.873	8.632	17.749
Torta de soja	336.909	133.929	287.842
Misturas, farinhas, preparados secos	176.861	146.850	144.762
Óleo de dendê	346.894	276.209	312.519
Óleo de girassol e algodão	66.410	107.786	112.468
Carnes e miúdos de frango	225.553	222.583	250.611
Fumo	123.142	228.491	178.284
Algodão	61.486	56.767	53.168
Milho	32.421	26.302	12.004
Rações	84.588	81.032	85.628
Café	84.072	59.718	68.303
Couros	1.343	579	1.206
Cevada	23.571	7.494	15.592
Malte	55.777	65.781	36.916
Leite	27.687	15.945	23.560
Carne de ovinos e caprinos	36.883	17.220	16.283
Peptonas e outras proteínas	42.606	28.601	32.284
Leguminosas (grãos)	76.448	81.373	81.992
Outros	2.609.247	2.565.902	2.486.265
Total	**5.489.637**	**5.005.601**	**4.945.438**

Fonte: Department of Agriculture, Forest and Fisheries (DAFF), África do Sul

Países de origem de produtos agrícolas importados pela Southern African Customs Union (Sacu) de 2008 a 2010 (US$ mil)

	2008	2009	2010
Argentina	993.550	721.062	611.467
Tailândia	496.536	429.419	379.619
Brasil	516.419	493.654	377.316
Alemanha	199.667	298.985	350.236
Reino Unido	293.113	259.581	302.585
China	247.872	302.669	294.003
EUA	371.830	199.224	268.437
Malásia	296.291	216.597	253.617
Holanda	207.980	246.078	203.806
Austrália	132.546	135.180	116.023
Indonésia	222.953	181.065	197.136
Índia	161.392	124.173	155.159
França	175.575	165.963	134.033
Canadá	159.085	156.968	121.261
Itália	103.163	100.751	96.466
Zimbábue	93.301	95.176	94.760
Espanha	45.320	41.692	84.270
Bélgica	53.387	53.266	76.895
Nova Zelândia	60.978	45.060	58.684
Malaui	51.507	49.686	39.739
Outros	607.162	689.346	729.915
Total	**5.489.637**	**5.005.601**	**4.945.438**

Fonte: Department of Agriculture, Forest and Fisheries (DAFF), África do Sul

lado em 62,92% e os cortes desossados em 46,59%, afetando as exportações de quatro empresas brasileiras. De acordo com o governo brasileiro e a Ubabef, as tarifas aplicadas pela África do Sul são sem fundamento e tecnicamente mal embasadas. Aparentemente, a Itac deixou de ser um órgão independente e cedeu às pressões da indústria avícola sul-africana na questão, já que as importações representam apenas 16% do mercado local, e as principais empresas sul-africanas do setor vêm enfrentando dificuldades de competitividade.

Em razão da crise na União Europeia, tradicional importador de produtos agrícolas sul-africanos, como frutas, sucos, vinhos e carnes, o país está tendo dificuldades em encontrar novos mercados. As exportações sul-africanas de vinho experimentaram redução de 8% em 2011, e o setor de carnes foi afetado por surtos de febre aftosa em bovinos, peste suína clássica e gripe aviária em avestruzes.

Aparentemente, questões políticas e econômicas internas, como a alta taxa de desemprego, problemas de competitividade e sustentabilidade de empresas e a perda de mercados na exportação de produtos agrícolas têm tornado a África do Sul mais protecionista em relação ao setor. Estas dificuldades e a conjuntura internacional podem explicar as restrições recentes à carne de frango brasileira e novas exigências sanitárias, ainda não implementadas, em relação à Síndrome Respiratória e Reprodutiva dos Suínos (PRRS), mesmo para países exportadores de carne suína em que a doença não ocorre.

Com todos os problemas internos relativos à desigualdade social, a desemprego e à posse de terras, a África do Sul continua sendo um importante parceiro comercial para o Brasil e potencial importador para os produtos do agronegócio brasileiro. Os setores tradicionais de exportação, como carnes, açúcar, fumo, soja e derivados, podem ampliar sua participação no mercado sul-africano à medida que o país expande sua economia e amplia seu mercado consumidor interno, além de explorar outras potencialidades do mercado local, como arroz, trigo, milho, frutas tropicais, rações para animais, óleos vegetais e de dendê, entre outros. ■

1. Adido Agrícola na Embaixada do Brasil na África do Sul
2. Primeira Secretária/Secom

Pesquisa

Como o consumidor enxerga a agricultura

Eduardo Leduc*

De 1940 a 1970, o número de pessoas que um agricultor era responsável por alimentar passou de 19 para 73. Hoje, o mesmo agricultor consegue produzir alimento para 155 pessoas. Esse aumento só foi possível graças aos progressos tecnológicos, ou seja, os ganhos de produtividade oriundos do uso de sementes, fertilizantes, defensivos, maquinários e outros insumos.

Os resultados da pesquisa e o desenvolvimento de produtos para incrementar a produção de alimentos a partir da década de 50, com a chamada Revolução Verde, mostram justamente isso.

Sem tecnologia, as nossas refeições ficariam encarecidas e necessitaríamos de mais terra para plantar. Os grupos sociais com menor renda seriam os maiores prejudicados. Mesmo assim, ainda há uma parcela dos consumidores que possui uma imagem do agricultor de forma muito distorcida.

Para identificar como os consumidores enxergam a atividade agrícola, sob a coordenação do professor de Sociologia Ulrich Oevermann, da Universidade de Frankfurt, junto com a empresa de pesquisa Synovate GmbH, foram entrevistados 1.800 agricultores e 6.000 consumidores no Brasil, na Índia, nos Estados Unidos, na Alemanha, Espanha e França. Os principais resultados desse trabalho foram:

• Baixo interesse dos consumidores por informações a respeito dos agricultores, mesmo em países onde menos de 2% da população trabalham com agricultura. A subestimação dos agricultores sobre a importância que os consumidores lhes atribuem para fornecer alimento. Tanto os agricultores como os consumidores acham que a agricultura deveria receber mais apoio do governo e da cadeia produtiva;

• Uso dos termos "administrador" e "cuidador da terra" como as descrições favoritas dos agricultores, em mais de 80%, para as perguntas sobre a vocação do agricultor e apoio à cultura rural;

• Os consumidores culpam os agricultores por problemas ambientais, em grau mais elevado em países como Brasil, Índia e França (de 38 a 43%), e menos nos EUA e na Alemanha (ambos 23%). A percepção dos agricultores é de que precisam trabalhar melhor sua imagem para ganhar a confiança e o respeito da sociedade;

• Cerca de 80% dos produtores e dos consumidores concordam sobre o principal objetivo da agricultura na alimentação do mundo. Para os agricultores, os consumidores não entendem a dimensão do desafio da cadeia produtora e suas reais necessidades. Há concordância em relação à contribuição da biotecnologia vegetal, porém, esta se mostrou mais forte entre os agricultores e os consumidores nos países com maior grau de adoção de cultivos geneticamente modificados, como, por exemplo, Índia, Brasil e EUA;

• A maioria dos agricultores acredita que os consumidores não estão dispostos a pagar preços mais altos por alimentos produzidos de forma ambientalmente correta. Cerca de 70% dos entrevistados afirmaram que não estão dispostos a isto, mesmo em países desenvolvidos como França, Espanha, Alemanha e EUA. Na verdade, os dois grupos apresentam alto nível de desconhecimento quanto ao peso dos alimentos na renda familiar;

• Os produtores agrícolas acreditam que a indústria e os consumidores deveriam se empenhar mais para apoiar a agricultura. Do lado da indústria haveria o esforço para fabricar produtos ambientalmente corretos, enquanto os consumidores teriam maior disposição para pagar mais pelos benefícios ambientais.

Esses dados captados pela pesquisa podem oferecer evidências bem interessantes. Os agricultores devem se empenhar bastante para entender e atender às preocupações dos consumidores. No entanto, essas ações necessitam de melhor comunicação, pois ainda persiste uma imagem romântica sobre a agricultura. É justamente nesse sentido que a indústria deve trabalhar com inovação, para que os produtores recebam novas tecnologias e se informem de forma mais assertiva sobre suas atividades. Mitigar as divergências dessas percepções não se trata de uma tarefa fácil, mas é importantíssima e inadiável. ■

* Vice-presidente Sênior da Unidade de Proteção de Cultivos da Basf para a América Latina e de Sustentabilidade para a América do Sul

Algodão

Índices e resultados econômicos

Jéssyca Guerra[1]
Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[2]
Rafael Ribeiro de Lima Filho[3]
Alcides de Moura Torres Junior[4]

QUEM APOSTOU no algodão na safra 2010/2011 teve a oportunidade de comercializar o produto em patamares de preços nunca vistos. No fim de agosto de 2010, o preço do algodão em pluma começou a subir e só parou em meados de março de 2011. Foram sete meses de preços elevados, influenciados pelos baixíssimos estoques mundiais.

Para 2011/2012, com o restabelecimento dos estoques e a expectativa de redução de consumo da pluma, principalmente pelos Estados Unidos, os preços devem ser similares aos do segundo semestre de 2011.

Para o Brasil, a expectativa também é de queda de consumo. O volume exportado tende a ser maior. Em janeiro de 2012, segundo informações compiladas pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), o volume embarcado por Mato Grosso foi de 26,4 mil toneladas, 184,0% maior que em janeiro de 2011. Na região de Rondonópolis, importante região produtora de Mato Grosso, o preço médio da pluma em 2011 foi de R$ 79,75 por arroba. Valor 35,8% maior que o preço médio de 2010. Em 2012, o preço médio na região até o momento é de R$ 53,53 por arroba.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Mato Grosso responde por 51,3% da área plantada com algodão no País. Em segundo lugar está a Bahia, com 29,7%. A produtividade média do algodão em pluma em 2010/2011 (média nacional) foi de 1,4 mil quilos ou 93,3 arrobas por hectare. Para 2011/2012, a previsão é de 1.423 quilos ou 94,87 arrobas por hectare, 1,6% maior. Em Mato Grosso, a produtividade média em 2010/2011 foi de 1.292 quilos ou 86,13 arrobas por hectare. E na Bahia foi de 1.562 quilos ou 104,1 arrobas por hectare.

Custo

De acordo com o Imea, o custo de produção na região sudeste do Estado em 2010/2011 ficou em R$ 5.285,81 (custo total) por hectare. Para a safra atual, 2011/2012, a previsão é de que o custo total fique em R$ 4.859,62. Queda de 8,1% em relação a 2010/2011. Este recuo no custo ocorreu, principalmente, em função dos preços mais baixos observados na aquisição de sementes e de alguns tipos de defensivos, assim como nas operações agrícolas. Além disso, quem antecipou as compras de adubos conseguiu preços melhores pelo insumo.

Resultados econômicos

Os resultados econômicos foram calculados para a safra 2010/11 e estimados para 2011/2012. Considerando o preço médio pago pela pluma e a produtividade média, a receita por hectare foi de R$ 6.422,27. Descontando os custos, o lucro foi de R$ 1.136,46 por hectare. Sem dúvida, 2011 foi o melhor dos últimos cinco anos para o cotonicultor. Vale ressaltar que o caroço de algodão não foi considerado nos cálculos.

Os custos de produção para 2011/2012 estão menores que na safra passada, com exceção dos fertilizantes e corretivos, que estiveram mais caros e representam, aproximadamente, 47,0% do custo total. Entretanto, com o restabelecimento dos estoques mundiais, o preço do algodão também caiu. Espera-se em 2012 que a receita média obtida por hectare de algodão seja menor que a de 2011. Se o preço do algodão em pluma se mantiver nos patamares atuais e a produtividade se concretizar, o cotonicultor teria um lucro de R$ 107,80 por hectare em 2012, ou seja, 90,5% menor que o de 2011.

As perspectivas para 2012 são de que o preço do algodão se mantenha no patamar que está neste começo de ano. No último relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), o estoque mundial foi revisto para cima, devido ao aumento de produção, com destaque para a Índia, e uma redução de consumo, principalmente dos Estados Unidos. Este fato fez com que os preços no mercado futuro caíssem.

Para 2011/2012, a Conab estima que o estoque nacional final seja de 733,7 mil toneladas de algodão em pluma, volume 43,4% maior que o verificado em 2010/2011. Sendo assim, os preços devem ficar pressionados por maiores estoques. ■

1. zootecnista: jg@scotconsultoria.com.br
2. zootecnista: gm@scotconsultoria.com.br
3. zootecnista: rafael@scotconsultoria.com.br
4. engenheiro agrônomo: alcides.torres@scotconsultoria.com.br

Estimativa de custo de produção de algodão no sudeste de Mato Grosso na safra 2011/2012

	2010/11	2011/12	Variação
Preço (R$/@)*	79,75	53,76	-32,6%
Custo total (R$/ha)	5.285,81	4.859,62	-8,1%
Produtividade média da pluma (@/ha)	80,53	92,40	14,7%
Lucro (R$/ha)	1.136,46	107,80	-90,5%

*preço médio de 2011 em Rondonópolis/MT para a safra 2010/11 e preço médio até 13 de fevereiro de 2012 para a safra 2011/12. Fontes: Imea / Scot Consultoria

Balanço em 2011

Política brasileira de bioenergia

Caroline Rayol*

PARA A BIOENERGIA no Brasil, em 2011 os desafios afloraram, de forma a induzir a política pública para uma fase construtiva de reflexão e reorientação. Assim ocorreu com o etanol, dadas às dificuldades de abastecimento interno em decorrência da queda na produção e da conjuntura de preços. No caso do biodiesel, também remeteram à reflexão as metas aquém das desejáveis em termos de inclusão social e desenvolvimento regional, bem como o preço mais elevado desse biocombustível em relação ao diesel fóssil.

Novas políticas para o etanol

A publicação da Lei nº 12.490/2011 foi um marco importante da política pública relacionada aos biocombustíveis, passando a considerá-los bens energéticos e não produtos agrícolas. Essa lei foi sancionada com o objetivo de garantir o abastecimento de biocombustíveis em todo o território brasileiro. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) passou a ter a atribuição de estabelecer diretrizes para a importação e exportação de biocombustíveis.

Assim, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ganhou a função de regular e fiscalizar as indústrias dos biocombustíveis, da mesma forma que regula e fiscaliza a indústria do petróleo. Destinadas a regulamentar a citada lei, no fim de 2011, a Agência publicou duas Resoluções:

1º) Nº 66 estabelece que os fornecedores de etanol e distribuidores de combustíveis deverão encaminhar à ANP relatórios semanais com dados de produção, comercialização e estoques físicos próprios de etanol;

2º) Nº 67 dispõe sobre a comercialização e o estoque do etanol anidro, pelo qual o distribuidor terá de optar por um dos seguintes regimes de contrato:

- Fornecimento de combustíveis para o período de 1º de maio de cada ano a 30 de abril do ano subsequente. O volume total deverá ser compatível com, no mínimo, 90% de gasolina C comercializada pelo distribuidor no ano civil anterior, considerando o percentual de mistura obrigatória vigente.
- Compra direta com o fornecedor, em que o distribuidor deverá possuir sempre em estoque final próprio, sem considerar os estoques comprometidos com vendas para entrega futura, estoques de terceiros e estoques em trânsito, compatível com o volume de Gasolina C comercializado no mês subsequente do ano anterior, considerando o percentual de mistura obrigatória vigente.

Devido ao descompasso entre oferta e demanda, com a nova lei, a margem de manobra para alterar o percentual de etanol anidro na gasolina ficou maior: atualmente pode-se elevá-lo até 25% ou reduzi-lo até 18%. O mesmo motivo levou o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool a reduzir para 20% o percentual de mistura do etanol anidro na gasolina.

Para atenuar a volatilidade de preço do etanol, foi publicada a Medida Provisória nº 554/2011, que autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol.

Biodiesel

A Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel realizou um ciclo de audiências com todos os elos da cadeia produtiva. Esses encontros tiveram por objetivo colher críticas e sugestões com vistas a aprimorar o Programa Nacional para Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O maior desafio é conciliar o aumento da progressão de mistura com o desenvolvimento

Retomada do setor sucroenergético

O Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevê linhas de financiamento para expansão e renovação de canaviais à taxa fixa de 6,75% ao ano e prazo de pagamento de cinco anos.

Durante o ano de 2011, apesar dos esforços governamentais, o setor encontrou dificuldade para expandir-se devido ao limitado acesso ao crédito: os empréstimos do BNDES ao setor sucroenergético foram de R$ 6 bilhões, valor aproximadamente 21% menor em relação ao ano anterior.

Algumas das medidas supracitadas são recentes e surtirão efeito ao longo das próximas safras de cana-de-açúcar. Essa é uma razão que se soma ao dinamismo do mercado de derivados de cana para recomendar que se fortaleça essa sinergia construtiva entre governo e iniciativa privada no sentido de edificar um planejamento estratégico bem definido e abrangente para o setor sucroenergético nacional.

regional, maior inserção da agricultura familiar, diversificação de matérias-primas e competitividade econômica do biodiesel frente ao diesel. Diante dessa realidade, houve mudanças na sistemática do leilão de venda do biodiesel, cujo resultado foi um aumento da participação da região Nordeste na venda do mesmo.

No mês de novembro, cerca de 75% da capacidade de produção nominal instalada eram formados por 35 empresas detentoras do selo Combustível Social, ou seja, parte da matéria-prima utilizada por essas empresas para produzir biodiesel é fornecida por agricultores familiares. Em 2011, mais de 100 mil famílias de pequenos produtores rurais estavam diretamente envolvidas e integradas à cadeia produtiva do biodiesel. Espera-se que esse número aumente em 2012 com a intensificação das ações de assistência técnica e extensão rural, com o Programa Polos de Biodiesel e com a atuação da Petrobras Biocombustível.

Em 2011, a ANP teve forte atuação no sentido de melhorar a qualidade do biodiesel, realizando diversas ações com esse objetivo, como:

a) divulgação da nova versão do Guia de Procedimentos de Manuseio e Armazenagem de Óleo Diesel B, documento concebido para explicar como deve ser conservado o biodiesel pelas distribuidoras e pelos postos de combustíveis;

b) intensificação das ações de regulação e fiscalização, visando acompanhar a implantação, ampliação, modernização e operação das unidades produtivas de biodiesel;

c) conclusão do Relatório Final do Grupo de Trabalho 3 em Biodiesel, cujo escopo é avaliar os pontos considerados críticos na especificação do biodiesel e do óleo diesel B, que poderiam ser impactados ao longo da cadeia de abastecimento.

Como o biodiesel degrada com mais facilidade que o diesel e tem um longo percurso desde a usina até o consumidor final, em condições de temperatura e manuseio bastante diferenciadas, essa avaliação dos pontos críticos é fundamental para a melhoria da qualidade do biodiesel, condição indispensável para a consolidação de seu mercado.

A elaboração de uma política pública eficiente consagrada à bioenergia é muito importante, porém, não é tarefa fácil dadas as características inerentes desse produto. A bioenergia, quando produzida a partir de produtos agrícolas, depende das condições climáticas. Essa traz risco para o negócio, volatilidade dos preços e necessidade de uma elevada capacidade de adaptação.

Outro aspecto delicado da bioenergia é que a matéria-prima utilizada em sua produção, item responsável pela maior parte de seu custo, pode ser destinada à alimentação. No caso dos biocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar e da soja, *commodities* cotadas em bolsa de mercadorias mundiais e amplamente consumidas, seus preços estão intimamente ligados às condições do mercado mundial de açúcar e dos produtos que fazem parte do complexo soja.

Diante desse conjunto de variáveis exógenas, é necessário um acompanhamento *pari passu* das políticas públicas e das condições de mercado, de modo que governo e setor privado possam agregar valor as suas vantagens competitivas produzindo biocombustíveis sustentáveis em larga escala. Em 2012, é preciso continuar nos avanços, pois o futuro da bioenergia exigirá políticas de incentivo e investimentos em tecnologia agrícola e industrial. As medidas a serem tomadas devem buscar uma produção de biocombustíveis economicamente competitivos com combustíveis fósseis. A palavra de ordem é fazer mais com menos. ■

*Assistente Técnica na área de Biocombustíveis da Casa Civil da Presidência da República

Política externa de bioenergia

Em 2011, o governo brasileiro realizou diversas atividades no âmbito externo e participou ativamente de grandes debates internacionais. Estados Unidos, Argentina, Senegal, Moçambique e Guiné-Bissau foram os países com os quais o Brasil firmou acordos de cooperação.

Com relação à atuação brasileira perante organismos internacionais, o Brasil tem contribuído no Bioenergy Implementing Agreement, da Agência Internacional de Energia (IEA), e na revisão crítica de documentos, inclusive do *World Energy Outlook 2011*, principal publicação dessa entidade no contexto energético mundial, incluindo os biocombustíveis.

No âmbito do Mercosul, o Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis, formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, completou sua VII reunião em 2011. Esse grupo foi criado com o objetivo de trocar experiências sobre os avanços e as dificuldades enfrentadas pelos Estados Partes ao implementarem políticas públicas voltadas aos biocombustíveis. Além disso, seus membros buscam consolidar normas e especificações técnicas do biodiesel e do etanol anidro e hidratado com identificação dos itens passíveis de harmonização e dos que apresentam variações significativas. Essas ações promovem uma importante coordenação estratégica entre os membros do Mercosul, fortalecendo a posição do Brasil no âmbito internacional e contribuindo para a construção do mercado mundial de biocombustíveis (transformação em *commodity*).

O Brasil continuou presente e proativo nos foros internacionais sobre sustentabilidade da bioenergia. Em relação ao Global Bioenergy Partnership, no fim de 2011 foram aprovados 24 indicadores de sustentabilidade, e suas metodologias, pelo Comitê Gestor copresidido por Brasil e Itália. As negociações sobre sustentabilidade da bioenergia no âmbito da International Organization for Standardization (ISO) estão avançando de maneira satisfatória aos interesses brasileiros, graças à atuação conjunta e sinérgica do governo com o setor privado.



agência3

QUEM QUER SER REFERÊNCIA NO MERCADO

ESTUDA COM QUEM JÁ É.

FAÇA SUA PÓS-GRADUAÇÃO NA ESCOLA DE ECONOMIA DA FGV.

LATO SENSU

// MASTER IN FINANCIAL ECONOMICS (CEAFE) | Duração 18 meses

Áreas de Concentração:
:: Investimento Renda Fixa
:: Investimento Renda Variável

// MASTER IN BUSINESS ECONOMICS (CEABE) | Duração 18 meses

Áreas de Concentração:
:: Economia de Empresas
:: Mercado de Capitais

STRICTO SENSU

// MESTRADOS PROFISSIONAIS | Duração 24 meses

:: Finanças e Economia Empresarial
:: Agroenergia

WWW.FGV.BR/EESP

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo

TECNOLOGIA DA NUTRIÇÃO ANIMAL



ASBRAM

Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais

A Asbram

A Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (Asbram), entidade que congrega as indústrias brasileiras produtoras de suplementos para a pecuária, foi constituída em 1997 por 13 empresas do setor, que buscavam o fortalecimento através da união. Hoje, conta com 50 associadas, que, estabelecidas em 12 Estados, detêm a produção majoritária do segmento da suplementação.

Desde sua fundação, a Asbram tem defendido o estabelecimento e a preservação de um mercado livre, isonômico e comprometido com o desenvolvimento sustentável da pecuária.

Neste período, a Asbram tem acompanhado uma modernização sem precedentes na base industrial e gerencial das associadas. Tais avanços, decorrentes da alta competição presente no setor e do crescente nível de exigências da cadeia do alimento, têm demonstrado a capacidade das empresas em alinhar-se com as tendências de futuro, notadamente aquelas relacionadas às boas práticas de fabricação, rastreabilidade e sustentabilidade.

Além disso, o setor tem proporcionado inúmeras soluções tecnológicas para aumento da produtividade e rentabilidade dos pecuaristas, através do desenvolvimento de produtos de nutrição eficazes e seguros e do atendimento técnico para adequação destas tecnologias nas propriedades rurais.

Hoje, contamos também com sócios correspondentes, que são empresas produtoras de matérias-primas ou outros produtores que fazem parte da cadeia produtiva de nossos suplementos para a pecuária.

Missão

"Incentivar, através de todos os meios apropriados, o uso de suplementos para nutrição animal, demonstrando a importância de sua utilização correta, visando à melhoria dos níveis da produção agropecuária e à qualidade de seus produtos, de forma ética e profissional."

DIRETORIA



Presidente
Jorge Matsuda



Diretora
Elizabeth Chagas



Diretor Vice-Presidente
Lauriston Bertelli Fernandes



Diretora Primeira Secretária
Maria Eloá Rigolim



Diretor Segundo Secretário
Nelson de Souza Lopes



Diretor Primeiro Tesoureiro
Fernando Penteado Cardoso Filho



Diretor Segundo Tesoureiro
Luiz Antonio Monteiro

Estimular o uso de suplementos

Um dos projetos do setor de suplementos minerais é desenvolver uma grande campanha para estimular o uso do insumo e aumentar a produtividade do rebanho brasileiro. Será um trabalho semelhante ao realizado pela indústria nacional de fertilizantes no início dos anos 90.

Essa iniciativa envolve um esforço coletivo entre as pequenas e as grandes associações do setor, com levantamentos de dados para aumentar a qualidade das informações sobre o rebanho nacional. Não se trata somente de mensurar o tamanho do plantel, mas, também, de conhecer quando e quanto os animais consomem e os locais dos confinamentos.

Essa etapa de coleta e análise é fundamental para a elaboração de um plano de crescimento da produtividade. Levantamento da Asbram indica que o consumo de suplementos minerais no mercado brasileiro totalizou cerca de 2,3 milhões de toneladas em 2011.

Desoneração tributária

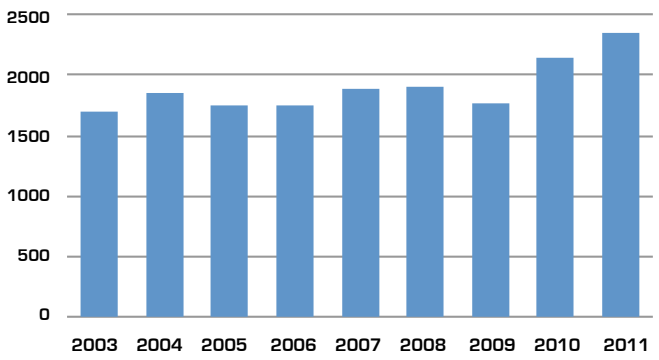
O total de tributos incidentes sobre suplementos minerais destinados à produção animal no Brasil, em especial à bovinocultura de corte, corresponde a mais de um terço de seus custos de produção. Além do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), há PIS/Cofins que equivalem a 9,25% do preço final dos suplementos.

A cobrança do PIS e da Cofins sobre a industrialização de suplementos alimentares no Brasil, como no caso da ureia, não acontece em outros insumos. Isso encarece o custo de produção da pecuária, com desestímulo para o criador aplicar uma tecnologia mais produtiva e rentável.

Mercado de suplementação no Brasil

A pecuária possui condições similares às verificadas na área agrícola nacional, com registros de incremento substancial na produtividade após o uso e a aplicação de técnica na adubação do solo. Há vinte anos, a venda de fertilizantes correspondia a 8,2 milhões de toneladas, enquanto o cultivo com grãos totalizava 36,8 milhões de hectares, para uma colheita de 58,5 milhões de toneladas. Agora, a entrega do insumo totalizou mais de 28,0 milhões de toneladas em 2011, a área semeada ficou perto de 50 milhões de hectares e a produção na safra 2011/12 está projetada para 158 milhões de toneladas. Essas estimativas fazem parte do Quarto Levantamento, referente a janeiro de 2012, do Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos.

Brasil: Produção de suplemento mineral (mil t)



Fonte: Asbram



Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)

O Programa Agricultura de Baixo Carbono, criado em 2010 pelo governo federal, dá incentivos e recursos para os produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis. O Programa ABC incentiva seis iniciativas, com ações e metas até 2020, sendo que três delas estão associadas à pecuária, principal mercado de atuação da ASBRAM:

1. Plantio direto na palha

A técnica dispensa o revolvimento do solo e evita a erosão com a semeadura direta na palha da cultura anterior. Protege o solo, reduz o uso de água, aumenta a produtividade da lavoura e diminui despesas com maquinário e combustível.

O objetivo é ampliar os atuais 25 milhões de hectares para 33 milhões de hectares. Esse acréscimo permitirá a redução da emissão de 16 milhões a 20 milhões de toneladas de CO_2 equivalente.

2. Integração lavoura, pecuária e floresta

A meta é aumentar a utilização dessa prática em quatro milhões de hectares e evitar a liberação entre 18 e 22 milhões de toneladas de CO_2 equivalente.

3. Recuperação de pastos degradados

O objetivo é transformar as terras desgastadas em áreas produtivas para a produção de alimentos, fibras, carne e florestas. A previsão é recuperar 15 milhões de hectares e reduzir entre 83 e 104 milhões de toneladas de CO_2 equivalente.

Melhoria das pastagens

Na integração lavoura, pecuária e floresta, as lavouras são utilizadas a fim de que a sua produção de grãos pague, pelo menos em parte, os custos da recuperação ou da reforma das pastagens. A técnica permite que a área com pastagem degradada, depois do cultivo de grãos por dois ou mais anos, volte a ser ocupada com pastagem e aproveitamento dos nutrientes residuais das lavouras na produção de forragens.

Essa pastagem pode ficar até três anos sem adubação, mas com a requisição de acompanhamento técnico, para evitar uma nova degradação do pasto e esgotamento dos nutrientes no solo. Uma rotação com o cultivo das lavouras fará a reposição do nitrogênio, fósforo e potássio.

Os grãos produzidos em consórcio com as forragens permitem o aproveitamento desta mesma área para pastejo durante a estação de seca. Trata-se uma alternativa econômica para o pecuarista.

Como podem ser instaladas pelo sistema de plantio direto na palha, as lavouras terão maior racionalidade nos custos de produção com insumos e máquinas, além de maior diversificação do uso da propriedade. Isso também poderá proporcionar uma receita mais contínua ao longo do ano, diminuindo a sazonalidade de seu negócio.

Enfim, uma lavoura implantada e bem conduzida sobre uma área de pastagem degradada gera uma receita que paga parte dos custos da lavoura, ou até mesmo deixará sobras, enquanto a pecuária levará um período bem maior para trazer lucro ao criador, tendo em vista o ciclo mais longo da exploração.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) enumera como ganhos na integração lavoura, pecuária e floresta:

- Aproveitamento do resíduo das adubações da lavoura;
- Produção de forragem de melhor qualidade;
- Recuperação da produtividade da pastagem;
- Menor custo na implantação de uma nova pastagem;
- Aumento da produtividade de carne (abate com 18 arrobas a 24 meses de idade);
- Ganho de peso dos animais.

A pastagem degradada pode ser recuperada por meio de consórcio de culturas anuais de verão (milho ou sorgo) com *brachiaria* e panicultura, estabelecidas no início do período chuvoso e, com isso, após a colheita da cultura anual de verão, a forragem ainda terá chuva suficiente para o seu pleno estabelecimento.

Se a tudo isso ainda o pecuarista agregar uma pequena mata a sua propriedade, essa servirá como uma cortina de proteção, que reduzirá a evaporação das culturas e os danos das geadas, além de atuar como barreira contra pragas e doenças, manter





as forragens verdes por mais tempo e oferecer maior ganho de peso e produção de leite para os animais.

A linha de crédito do Programa ABC possui juros baixos, de 5,5% ao ano, limite de financiamento por beneficiário de R$ 1 milhão por produtor e prazo de reembolso, conforme o projeto, com variação entre cinco e 15 anos. Com dotação de recursos totais de R$ 3,15 bilhões para a safra 2011/12, mesmo com todos esses estímulos, a demanda de financiamento está bem aquém do potencial da agricultura nacional.

Os benefícios da tecnologia

Um dos grandes desafios da pecuária brasileira é diminuir a diferença da ingestão da matéria seca entre o período das águas (de 2,4 a 2,8% do peso vivo do animal) e das secas (de 1,7 a 2% do peso vivo do animal), dependendo do tipo de gramínea. Só isso provocaria um ganho adicional de 18,3% na oferta de carne ao abate, uma diminuição de 2,4 meses no intervalo entre os partos e um aumento de 9,2% na produção de leite.

A estratégia para corrigir essa situação consiste em investir na suplementação mineral e suplementação mineral proteica energética diferenciada durante todo o ano. Quando ingere alimentos, o bovino fornece nutrientes para a sua microbiota ruminal, formada por fungos, bactérias e protozoários. Esse é o caminho mais simples, rápido, barato e de fácil aplicabilidade para melhorar a produtividade da pecuária.

Como alternativa para o manejo das pastagens, a suplementação ajuda a melhorar o resultado da diversidade de técnicas componentes do Programa ABC. Se o consumo anual de suplemento no Brasil, atualmente ao redor de 12 quilos por cabeça, crescer 60% e passar a 18 quilos por cabeça, a produção de carne pode aumentar 35%, com diminuição no tamanho do rebanho e na área ocupada pelas pastagens.

Brasil: Consumo de suplemento e índices da pecuária de corte

	2000	2010	Meta*
Rebanho (milhões de cabeças)	170	190	170
Fertilidade (%)	60	70	75
Idade de abate (anos)	3,5	3,0	2,0
Desfrute (%)	20	23	29
Abate (milhões de cabeças)	34	41	49
Produção de Carne (milhões de t)	6,5	8,0	10,8
Consumo Mineral (mil t)	950	2.000	3.000

Fontes: IBGE
*** Asbram**

Radiografia do setor de suplemento mineral

1. A técnica de coleta foi feita a partir de entrevistas telefônicas estruturadas, de 600 cadastros. A realização das entrevistas ocorreu em outubro de 2011, com margem de erro de 12% e nível de confiança de 95%. O trabalho foi realizado pela Kleffmann Brasil.

2. Em torno de 90% das empresas realizam análises de rotina, sejam na matéria-prima ou no produto acabado, sendo em laboratórios: externo – 80%, próprio – 10%, e governo – 10%. Como fonte de fósforo, 98% apontaram o fosfato bicálcico, 10% utilizam ureia e 43%, aditivos.

3. Apenas 1/4 das empresas trabalha com equipe de vendas terceirizada. Dos entrevistados, 56% vendem sua produção em outros Estados (73% abrangem até quatro Estados). Contudo,

um pouco mais da metade da produção é destinada ao próprio Estado.

4. Cerca de 95% realizam importações e 8%, exportações. Apenas três importam matéria-prima, sobretudo aditivos, sendo que 60% estão dispostas a importar, principalmente fosfato bicálcico.

5. 70% das empresas já foram auditadas pelo Mapa para IN-4, com 79% de aprovação. Não receberam fiscalização do Mapa: 8%. Metade delas possui certificado de qualidade, sendo BPF Sindirações o mais citado.

6. Empresas

Regionalizadas

De menor porte, há menos tempo no mercado, com administração familiar. É o único grupo que alega não ter sido auditado pelo Mapa. Uma parte ainda não realiza análises laboratoriais. Quando feitas, é através de órgãos governamentais. A propaganda é via catálogo, com 50% das vendas nos Estados onde estão sediadas. Sem comércio externo, a principal preocupação é com gestão da qualidade.

Emergentes

De médio porte, com administração familiar, estão no mercado há mais de 15 anos e possuem a pretensão de ampliar as esferas de atuação. São auditadas, e 25% certificadas. Todas realizam análises laboratoriais e fazem propaganda via catálogo. A maioria efetua vendas em até quatro Estados e realiza exportações. Estão preocupadas com o meio ambiente, mas ainda sem foco em administração financeira.

Empreendedoras

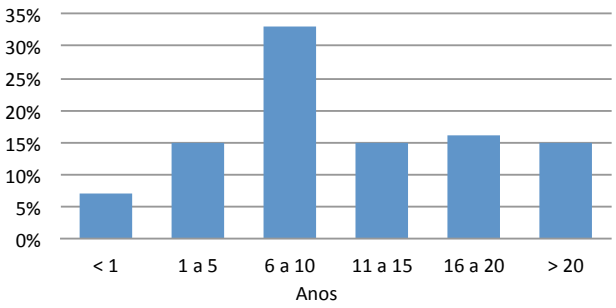
Empresas consolidadas, de maior porte, grande parcela com mais de 20 anos de atividade e horizontes mais amplos. Em função da maturidade, são mais estruturadas e possuem maior ênfase no negócio. Metade possui certificação. Poucas ainda não fazem análises de rotina, sendo que uma parte possui laboratório próprio. A propaganda é diversificada, com maior uso de revistas. Possuem comércio externo e dão sinais de profissionalização na administração.

Em se tratando dos três perfis distintos identificados dentre as empresas entrevistadas, ações diferenciadas devem ser tomadas para atender às necessidades de cada *cluster*, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do setor. ■

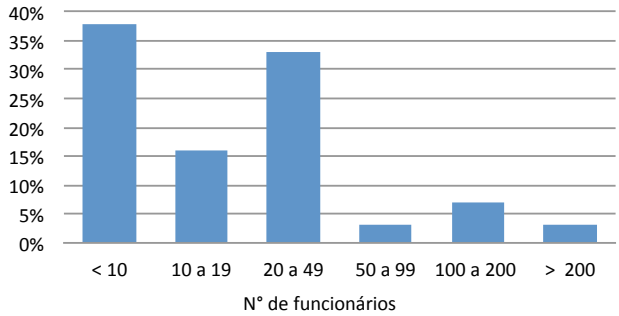


Perfil das empresas do setor

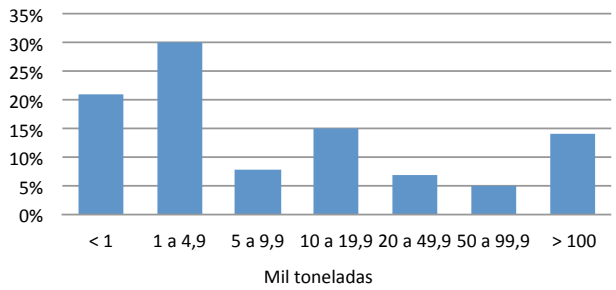
Distribuição segundo o número de anos na atividade



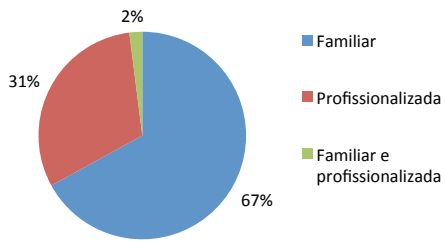
Distribuição segundo o número de funcionários



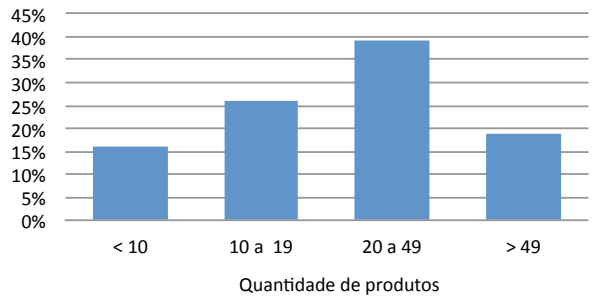
Distribuição segundo a capacidade de produção



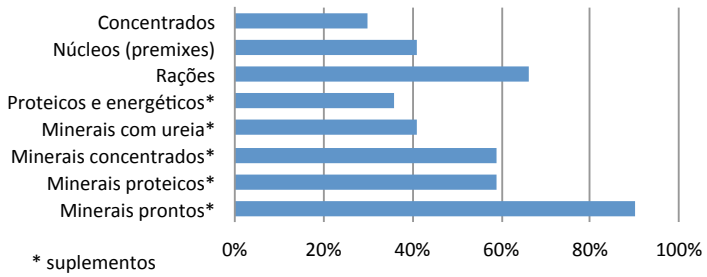
Modelo de gestão adotado



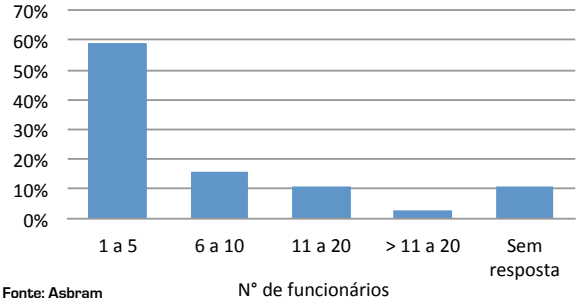
Distribuição segundo o portfólio de produtos



Principais produtos oferecidos

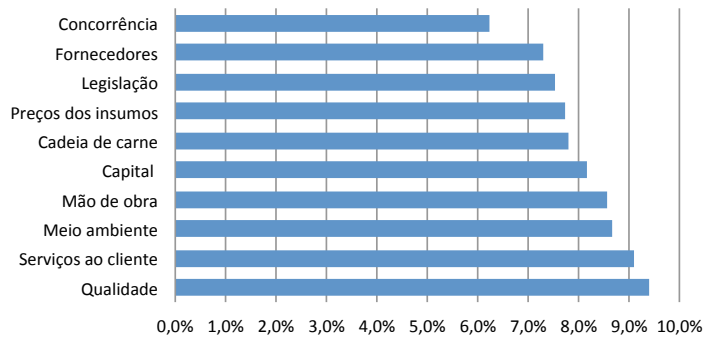


Distribuição segundo o número de funcionários na equipe de vendas



Fonte: Asbram

Questões que mais preocupam as empresas



agência3



NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, CONTAR COM O CONHECIMENTO DA FGV PROJETOS É UMA EXCELENTE SOLUÇÃO.

FGV Projetos. Todo o conhecimento da FGV a seu favor.

Contar com a FGV Projetos é contar com o conhecimento gerado nas Escolas e Institutos da Fundação Getulio Vargas e ter à disposição os melhores profissionais do país. Afinal, a FGV não só forma os melhores profissionais, como também ajuda a formar as melhores organizações.

www.fgv.br/fgvprojetos

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

Mais conteúdo, melhores soluções.



22º Fórum Abag

Despertar para a Rio+20

Compromisso do agronegócio



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

A Rio+20 é um nome curto para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá em junho deste ano no Rio de Janeiro. O evento se realizará sob um clima de *stress* global, diante dos antecedentes das reuniões ambientais sem assumir compromissos. Quarenta anos atrás, tivemos a Estocolmo-72, e vinte anos atrás assistimos, no Brasil, à Rio-92. Ambas fizeram a diferença em termos de repercussões mundiais. Mais impactante, a Rio-92 reuniu centenas de Chefes de Estado, e os debates conduzidos tiveram foco em meio ambiente e desenvolvimento.

O *site* oficial e o documento preliminar da Rio+20 tratam de redução da pobreza, avanços na equidade social e de como assegurar proteção ambiental em um planeta cada vez mais populoso. Isso levou a dois temas: o debate sobre a construção de uma economia verde de forma sustentável; e de como melhorar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável.

O documento *O futuro que queremos*, que faz parte da campanha sobre a Rio+20, se suporta na visão da busca por um futuro próspero, seguro e sustentável para o nosso povo e o planeta. Talvez a formação do povo brasileiro e nossa riqueza em recursos naturais nos façam generosos. Aliás, essa influência brasileira se alastra e é cada vez mais reconhecida pelo mundo. Com base nos três pilares da sustentabilidade – o econômico, o social e o ambiental –, abraça a economia verde com seus desafios e oportunidades, como forma de atender ao futuro que queremos, incluídas as questões que não queremos, como barreiras ao comércio, dependências ou restrições individuais aos países.

A cúpula da Rio+20 ocorre numa nova era das *commodities*, quando se avaliam as emissões de carbono mediante o uso crescente de recursos naturais, com a clara limitação da expansão da oferta de *commodities* no curto prazo e as ligações entre esses recursos como água e energia e os impactos da degradação.

Como o agronegócio é chave para a criação da economia verde, além de elemento central para assegurar a oferta de alimentos e de energia renovável diante das limitações físicas conhecidas, é absolutamente prioritário o tema para o Brasil, candidato natural a liderar tal movimento e foco das ações da Abag.

Vimos reações europeias no sentido de risco de perda de foco no evento. Como o tema é sobre sustentabilidade e não meio ambiente, cabe menos filosofia e mais luta pelo tripé da sustentabili-

dade. Esse parece ser o contexto daqui para frente em termos dos diversos interesses.

Trago para a discussão a opinião de duas personalidades compromissadas com tudo isto: os professores Ignacy Sachs e José Goldemberg. Ambos trabalharam na Primeira Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, a Estocolmo-72, e na Cúpula da Terra, a Rio-92.

Ignacy Sachs diz que o termo economia verde remete à dimensão ambiental que não pode, no entanto, ser dissociada da dimensão social. É conhecido defensor do que chama da civilização da biomassa, pelas oportunidades que abriríamos na mudança dos rumos e redução de futuras crises de altíssimo custo social. O relatório do Pnuma de 2011 – *O Caminho da Economia Verde* – define que o conceito de economia verde designa um modelo de desenvolvimento baseado em baixa queima de carbono, eficiência no uso de recursos e inclusão social. Assim, em nossa opinião, Ignacy Sachs apoia a posição do documento.

Para José Goldemberg, os avanços são muito diferentes entre países. Os Estados Unidos não fizeram avanço. A União Europeia, menos do que havia se comprometido a fazer. Os países em desenvolvimento, como a China, Índia e o Brasil, fazem certo esforço, mas eles precisam crescer. Ele cita que o documento básico, preparado pelas Nações Unidas, ainda em discussão, é uma espécie de atualização da Agenda 21. Diante do enorme potencial que o Brasil tem de produzir alimentos e energia renovável, o documento deveria ter uma ênfase maior. Este será o único texto, pois nenhum instrumento com força legal será emanado da Rio+20.

* Presidente da Abag

Documento do Mapa

Erikson Camargo Chandoha*



A sustentabilidade é a palavra-chave com relação à Conferência Rio+20, com plenárias de 20 a 22 de junho, que envolverá a presença de todos os chefes com os governos de países membros das Nações Unidas. Os eixos temáticos são: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

A Comissão Nacional, copresidida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem como objetivo a interlocução das diversas esferas do governo. As discussões sobre o documento para a Conferência são coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mediante portaria, criou Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de promover os debates e propor as ações necessárias na participação do ministério nas organizações e na realização da conferência. O GT é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento do Cooperativismo (SDC), com representantes da Embrapa, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e de entidades públicas e privadas. Devemos apresentar um documento oficial com o posicionamento do Mapa, para o qual contamos com a contribuição de públicos e privados.

O foco do público oficial é o Parque dos Atletas. O problema está na logística e o espaço no Parque dos Atletas, onde solicitamos 500 metros para o Mapa, que deverá receber mais de 100 ministros da agricultura de outros países. No Píer Mauá, faremos as discussões abertas ao público.

Fizemos reuniões com a participação da Abag, OCB, Aprosoja e de outras entidades, além de estarmos integrados com as 32 Câmaras do Mapa. Recebemos os oito Adidos Agrícolas das embaixadas brasileiras. Faremos uma Audiência Pública em busca de subsídios e juntarmos os pronunciamentos dos parlamentares.

A proposta feita pelo ministro do Mapa, Mendes Ribeiro, é de inserir no documento o Ano Internacional do Cooperativismo. Contamos com a participação da Embrapa, com seus 47 centros de pesquisa, coordenados pela Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna.

No Mapa, o Comitê de Gestão Interna para a Sustentabilidade Agropecuária centraliza e sistematiza as informações para compor o documento oficial, denominado *A Contribuição da Agricultura Brasileira na Construção de uma Economia Verde e na Erradicação da Pobreza*, composto de cinco capítulos: 1. Introdução; 2. Avanços recentes na agricultura brasileira; 3. A



visão de futuro, agricultura; 4. Economia verde e erradicação da pobreza; 5. Considerações finais.

Existe uma preocupação de que o público brasileiro não conhece a Rio+20. Em pesquisa recente, apenas 9% dos entrevistados mostravam conhecimento sobre o evento.

Mas o Brasil tem mostrado protagonismo na esfera internacional. A 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Durban, de 28 de novembro a 9 de dezembro último, apenas não fracassou por causa da interferência do Brasil. Se isso acontecesse, a Rio+20 estaria prejudicada.

Precisamos aperfeiçoar os mecanismos propiciadores do comércio internacional justo, equitativo e sem protecionismo. Existe a universalização da segurança alimentar e nutricional, por meio do acesso aos recursos genéticos, à tecnologia, aos meios de produção e à geração e distribuição de alimentos seguros. Temos o fortalecimento do associativismo e cooperativismo, enquanto estratégia de organização da base produtiva, para a equidade social e o desenvolvimento econômico.

O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) constitui forte compromisso institucional do Mapa no contexto ambiental, econômico e social da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Os desafios são grandes para o Brasil satisfazer o seu compromisso de mitigar a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), conforme o Brasil assumiu internacionalmente em 2009.

* Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e coordenador do Grupo de Trabalho do Mapa para a Rio+20

Mobilização nacional

Fernando Antonio Lyrio Silva*



Como se ofereceu para ser anfitrião, o Brasil tem papel político importante do ponto de vista de angariar resultados ambiciosos e concretos. Mas sabemos que a governança brasileira possui limitações, porque os resultados serão decididos pelos países das Nações Unidas. Além dessa movimentação em torno da Conferência Internacional das Nações Unidas, como a Rio+20, existe um processo muito fascinante de mobilização nacional.

Participei ativamente da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, em 2006, e da Rio+10, realizada em Johannesburgo. Nelas consegui perceber os processos de mobilização da sociedade brasileira. É complicado comparar a Rio-92 com a Rio+20, pois elas possuem características, momentos, situações políticas e econômicas distintas.

Na Rio-92, houve participação de diversos setores da sociedade, com conscientização e geração de conteúdos na área ambiental. A Conferência acabou conhecida como Eco92, uma denominação tecnicamente adequada, pois o seu objetivo era ir além da questão ecológica.

Na Rio+20, a mobilização acontece sob uma perspectiva diversificada de setores da sociedade brasileira. Eles estão atentos ao processo internacional e preocupados em como os temas colocados podem ser traduzidos como aquilo que queremos para o nosso país.

Desde o lançamento da Rio+20, percebemos uma mobilização do setor privado e até de áreas do governo sem tradição para acompanharem esses temas. Aqueles que já acompanhavam os temas aumentaram as suas atenções.

A Comissão Nacional da Rio+20, composta de 27 ministérios e representantes de diversos setores da sociedade brasileira, construiu um documento sobre a visão brasileira e de vários países para a Rio+20. A partir deste texto, o Secretariado das Nações Unidas gerou o *Zero Draft*.

Temos dois processos distintos na Rio+20: o internacional, conduzido pelo Ministério das Relações Exteriores; e o nacional, com a participação bastante expressiva da sociedade, como esse fórum promovido pela Abag.

A Rio+20 acontece num momento de crise econômica, com alguns sinais de o modelo não funcionar como o esperado. Por muito tempo, em nome do desenvolvimento econômico se justificava algum descuido com as questões ambiental e social. Hoje, o lado econômico também não está funcionando. Então, estabelece-se uma base muito interessante. A crise econômica não será obstáculo para a Rio+20 do ponto de vista dos resultados. Para o governante, ao se deparar com uma crise, a visão de resposta é de curto prazo, mas a constatação de limitações no modelo econômico, social e ambiental leva à reflexão de "para onde vamos, o que queremos, onde é que erramos". Isso cria uma oportunidade de discussão.

A Ministra Izabella Teixeira coloca a ideia de legado da Rio+20, independentemente do resultado deixado pela Rio+20 na arena internacional. Trabalhamos para um resultado ambicioso a respeito daquilo que fica para o Brasil depois da Conferência. Como a sociedade brasileira enxerga a proposta de desenvolvimento nacional, com inclusão social, crescimento econômico e conservação ambiental.

O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) significa desenvolver uma prática de produção com o compromisso de reduzir as emissões, sem prejuízo de ordem econômica para o País. O Brasil pode liderar a ideia de integração das dimensões

da sustentabilidade. O desenvolvimento da Amazônia acontece a despeito da expressiva redução no desmatamento da região.

O Brasil pode estar na liderança mundial de um processo de desenvolvimento sustentável. Essa ideia, consagrada na Rio-92, avançou pouco do ponto de vista prático.

Emanadas da Rio-92, as Convenções sobre Diversidade Biológica e Mudança do Clima são convenções, antes de tudo, sobre desenvolvimento. O tema abrange agricultura, ciência e tecnologia, saúde, segurança alimentar e erradicação da pobreza. As dificuldades de negociação refletem as opções de desenvolvimento de cada país: qual é a parcela que cada um vai dar em torno de um modelo de desenvolvimento global mais sustentável?

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalha próximo do Mapa no entendimento daquilo esperado pelo País na discussão da sustentabilidade. Existem casos bem-sucedidos de ações, iniciativas e processos com essa perspectiva contemplada. O agronegócio é fortemente exportador, com demandas de mercado que apontam nessa direção.

Um evento como esse traz a perspectiva daquilo que podemos fazer para construir o processo de desenvolvimento nacional. Isso constrói o chamado legado da Conferência Rio+20 para o Brasil. Vamos trabalhar, então, em duas direções:

Primeiro: nas posições brasileiras de contribuição para o processo internacional;

Segundo: na construção de visões políticas, propostas e recomendações resultantes desse debate do governo com a sociedade brasileira em torno das ideias de desenvolvimento.

Além disso, a Rio+20 terá espaço para as iniciativas chamadas paralelas. O MMA está aberto na recepção das demandas, para construirmos juntos a ideia de legado. Por isso, quando comparada com a Rio-92, em alguns aspectos a Rio+20 tem muito mais alcance.

Em adição àquilo que acontece no setor governamental, existe uma riqueza de conhecimento e *expertise* de informação disponíveis no setor não governamental que precisa ser melhor encampada na tomada de decisões do processo multilateral. Uma das preocupações é aproximar o pensamento e o conhecimento de setores e personalidades expressivas da sociedade não governamental, em todas as suas esferas, e fazer com que isso possa incidir e influenciar nos processos internacionais.

Colocamos à disposição para construir, ao longo desse semestre, não só um documento da Rio+20 que, efetivamente, contemple as preocupações brasileiras e da sociedade internacional. Iremos além ao contemplarmos as preocupações específicas do Brasil, que possam contribuir para a ideia de um legado da Conferência Rio+20. Assim, integraremos essa perspectiva de desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental de uma maneira muito mais integrada.

* Assessor extraordinário do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20

Oportunidade extraordinária

André Correa do Lago*



Graças a setores como os seus, é mais fácil ser diplomata brasileiro. A Rio+20 é uma oportunidade extraordinária. Apesar de sermos admirados pelos progressos obtidos, precisamos melhorar muito. Temos potencial, e há uma expectativa enorme da liderança brasileira.

Para os diplomatas, chamar a Rio-92 de Eco92 representou uma grande angústia. O esforço era de a Conferência trabalhar com o tema do desenvolvimento associado ao meio ambiente, que entrou na agenda internacional na Conferência de Estocolmo, em 1972. Preocupados, os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, achavam que isso seria prejudicial, pois desviaria o foco do esforço internacional, que devia ser para o desenvolvimento.

Os países europeus, na linha malthusiana, tinham temor da falta de recursos naturais, cuja maior parte estava em países em desenvolvimento. Em 1970, achava-se que a população mundial ia equilibrar em 14 bilhões. Hoje, estima-se entre 9 e 10 bilhões. Esse espírito de Estocolmo, infelizmente, está de volta, mesmo com os 40 anos de esforços diplomáticos para frear isso.

Com isso, o Brasil propôs antecipar essa Conferência com esse tema porque as Nações Unidas só queriam realizá-la em 2015. A razão está baseada na mudança radical ocorrida no mundo de hoje, comparado ao de 40 anos atrás, no tocante à importância dos países na economia mundial.

Temos de nos esforçarmos para frear esse chamado retrocesso conceitual. Desde a Conferência de Estocolmo, aceitou-se tratar de meio ambiente e desenvolvimento, a tal ponto que a Rio-92 já tinha esse nome. A partir daí, vingou o conceito de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, enquanto as ações na parte social ficaram acentuadas nos últimos anos, a integração do meio ambiente com a economia também aumentou.

Na discussão do segundo tema aparece a governança internacional. A Organização das Nações Unidas possui muitas agências e programas que realizam coisas extraordinárias. Ela



é um pouco como diplomacia, cuja glória é evitar que as coisas aconteçam. Então, é meio frustrante. Se não acontece a guerra, não é notícia. Mas houve um esforço danado para impedir. Nas negociações internacionais é a mesma coisa. A ONU faz um esforço bom, ninguém dá o menor valor.

A estrutura de governança internacional da ONU precisa estar concentrada em preservar o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental, ou seja, ter uma estrutura de desenvolvimento sustentável. A posição da União Europeia defende a criação da Organização Mundial de Meio Ambiente. Não favorecemos isso, porque isola o meio ambiente, que se fortalece ao ser integrado na política econômica e na política social.

O programa das Nações Unidas para o meio ambiente é modesto para o tamanho da sua importância. Ele precisa ser fortalecido, universalizado e ampliado, dentro do contexto de desenvolvimento sustentável. Isso será difícil fazer, e o resultado não será no Rio.

Determinaremos no Rio a estrutura a ser negociada, como um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, com organismos financeiros internacionais e a Organização Mundial de Comércio (OMC). Hoje, os europeus acham mais importante a questão econômica. Esses acordos com origem ambiental são negociados em vista do interesse econômico do país. Se o europeu defende o seu interesse econômico, devemos respeitar, porque fazemos o mesmo. Só respeitamos quem sabe defender seus interesses.

Falamos da inexistência de confronto Norte e Sul, como havia no passado: as negociações eram muito entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Temos agora de estar conscientes do confronto contra países que trazem crescimento, mas com um tipo de autonomia impressionante. O Brasil, a China e Índia são chamados a participar no Fundo do Clima, para ajudar os países que serão penalizados com o aquecimento global. Os países ricos cuidaram do econômico. Quando tiveram confusão social, incorporaram o social. Décadas depois começaram a se preocupar com o ambiental. Esse processo durou mais de 200 anos. Nós temos as três agendas, ao mesmo tempo.

A Rio+20 será uma ocasião para frear certos cacoetes dos países ricos há mais tempo, mas, ao mesmo tempo, para colocar as prioridades dos países emergentes, com papel fundamental, porque senão a economia mundial estaria muito pior que está hoje. Estamos convencidos, no governo, de que o paradigma de desenvolvimento sustentável favorece o Brasil. Que outro país pode ter o equilíbrio que nós podemos ter? Essa agenda foi recebida de maneira positiva pela sociedade brasileira e pelos governos estaduais.

A reação do mundo desenvolvido é menos entusiasta para essa agenda, mas temos de evitar retrocesso e isolamento na questão ambiental. A Agenda 21, documento pacífico e positivo, com mais de 20 anos, é citada pela mídia como o novo complô das Nações Unidas para tirar os direitos do povo americano. Já os europeus, como não contam com sobras para a concessão de subsídios, começam a dar conta da importância do pilar econômico.

Entre os países dos Brics, o Brasil é o único que é, ao mesmo tempo, ocidental e democrático. A ideia de não haver um modelo que serve para todos é uma lição da maior importância. Somos grandes e temos modelos que podem ou não funcionar para uma região.

Na estrutura da Conferência, o Brasil fez uma proposta inovadora para as Nações Unidas: a conferência formal, com três dias de negociação final do documento, e mais quatro dias de debates sem governo e com a participação de especialistas do mundo inteiro.

O governo brasileiro medirá o êxito dessa Conferência em três dimensões. A primeira, do ponto de vista multilateral. A segunda, da maneira como o Brasil pode chamar os líderes e especialistas do mundo sobre temas-chave. A terceira dimensão é o efeito que isso terá sobre a sociedade civil mundial, inclusive a brasileira.

Muitos Chefes de Estado ainda guardam trauma de terem ido à COP-15, em Copenhague, discutido e não aprovado o documento. Então, há uma importância muito grande, como presidentes da Conferência, de assegurar que seja um êxito, ou seja, que a conferência tenha os resultados previsíveis.

---

* Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores e negociador-chefe do Itamaraty para a Rio+20



Definição de uma proposta

Roberto Rodrigues*



Não sou diplomata e nem político. Tenho apreensão de essas reuniões gigantescas se transformarem numa imensa masturbação intelectual, sem resultados consistentes, e sem geração de compromissos.

Queria pegar esse tema da falta de liderança. É o que acontece, agora, nas primárias americanas. O favorito muda a cada semana. Não há líder lá, nem na Europa e na Ásia.

Mas o mais grave é a perda de protagonismo das organizações multilaterais, como a própria ONU, FAO e OMC, dentre outras. Ninguém mais dá bola para ninguém. Cada um faz o que acha e tem de fazer, mesmo sob a égide de finanças. Não estou dizendo a área financeira. A economia globalizada passou o *driver* mundial para as finanças. E aí, vai de crise financeira em crise financeira, e o mundo está sem rumo.

Quem diria, há um ano, o que aconteceria na Líbia, ou no Ocupe Wall Street? Quem fez isso? Quem foi o líder que comandou isso? Nada. Foi um negócio meio anárquico, tocado pelas redes sociais. Então, além de não termos lideranças nem individuais e nem institucionais, no mundo contemporâneo, há certa anarquia em andamento, com a criação de dificuldades de toda a ordem, para se colocar uma direção planetária. Em termos globais e da própria manutenção da paz internacional, isso incomoda do ponto de vista da sustentabilidade e da democracia.

Precisaríamos encontrar um tema de interesse global, que pobres e ricos, africanos, americanos, europeus, e todo mundo, assumissem como um tema fundamental. Algo que desse uma direção definitiva ao planeta, com o comprometimento de todos, sem que ninguém pudesse ser contra.

Tenho participado de eventos internacionais de várias instituições acadêmicas, de caráter global. Ouço muita conversa nessa direção. A proposta é a de que esse projeto de interesse mundial seja segurança alimentar e energética com sustentabilidade.

Ninguém poderá ser contra um negócio desses. Não vejo quem possa contrariar isso. A Rio+20 se oferece como uma oportunidade notável para a ONU retomar o protagonismo mundial verdadeiro. O Brasil, anfitrião deste evento, tem a obrigação de oferecer à ONU essa oportunidade numa bandeja adequada, ao levar esse tipo de projeto. A uma sintonia disso com relação à sustentabilidade.

A FAO está sob a coordenação do Brasil. Quem organizará isso para as Nações Unidas é a FAO. Não podemos perder essa chance. Não podemos permitir que a Rio+20 vire mais uma conversa fiada de diplomatas, que ficam, noites a fio, em discussão para encontrar uma palavra que sirva para todo mundo: "estamos de acordo".

Então, podíamos definir como fica a agroenergia, que é um negócio revolucionário. Não se tem estratégia e falta uma definição. O governo tem de fazer anúncios na Rio+20, para enfrentar, com vigor, as pedradas que vêm de fora. Para isso são necessárias definições, com ações de governo, e não, simplesmente, compromisso de que vamos fazer, prometer e acontecer, lá na frente.

Precisamos ter um pouco mais de comunicação traduzida da Rio+20, dos efeitos negativos e positivos, de como podemos liderar um programa mundial de segurança alimentar e energética com sustentabilidade.

* Coordenador do GVAgro

Defensivos agrícolas

Manejo fitossanitário na competitividade agrícola

Eduardo Daher*

ESTUDOS DA Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estimam que a tecnologia de controle de pragas evita a redução, em média, de 40% na produção dos alimentos. A ferramenta agroquímica tem participação expressiva na competitividade do agronegócio brasileiro, conforme o relatório *Organização dos mercados de insumos e suas relações com a agricultura,* elaborado pelo Centro de Conhecimento em Agronegócios (Pensa), vinculado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo. O estudo integrou o *workshop* realizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que reuniu dirigentes especialistas de diversos elos das cadeias produtivas da agropecuária. Em termos de contribuição para a agricultura brasileira, vê-se que a adoção de tecnologias de base genética (sementes e mudas) e química (fertilizantes e defensivos) está associada ao crescimento da produção de grãos. "Nos últimos 20 anos, aumentou em mais de 100%, resultante do incremento tanto da área cultivada quanto da produtividade, elevada em mais de 60%", afirmam os especialistas. De fato, seriam dramáticas as consequências da escassez de hortaliças, frutas e dos cereais – como arroz, milho, trigo e feijão –, apenas para citar alguns itens imprescindíveis na cesta básica da população. Com um breve exercício de cálculo, a partir da safra brasileira de cereais, tem-se a noção, assustadora, da tragédia que o País enfrentaria se as plantações não fossem protegidas dos ataques das pragas.

A safra brasileira de grãos – composta de cereais e oleaginosas – em 2011 somou 145 milhões de toneladas. Portanto, sem a aplicação de inseticidas, herbicidas, fungicidas e acaricidas na proteção das lavouras, o País colheria menos cerca de 40%, isto é, 58 milhões de toneladas – o que equivaleria a um país do Primeiro Mundo, como o Canadá inteiro, por exemplo, se ver sem um só grão em suas mesas. Portanto, aqueles que têm críticas a esta tecnologia que travem o debate, sim, mas do estrito da ciência. Nas lavouras, evitam que as pragas consumam até 40% de cereais, isto é, 58 milhões de toneladas dos alimentos que compõem nossas refeições. Vejamos, com números mais detalhados, o que comprovam institutos de pesquisa a partir de análises do comportamento das pragas nas principais culturas do País:



SISTEMA FAEP

• O Brasil é um dos países onde a ferrugem asiática causa mais impactos no sistema produtivo da soja. Segundo dados da Embrapa Soja, a doença pode diminuir em até 80% a produtividade de uma lavoura.

• Na cultura do milho, a lagarta do cartucho representa um potencial de dano de 37% de perda na planta atacada, e de até 60% de perda na produção de grãos de uma lavoura. Em razão da sua grande ocorrência e da alta taxa de infestação, variando de 25% a 100%, é considerada a principal praga-alvo na cultura do milho no Brasil.

• Nos canaviais, a infestação de cupins nos toletes destinados aos novos plantios pode causar danos de até dez toneladas por hectare no ano, o que representa cerca de 60 toneladas por hectare durante o ciclo completo da cultura.

• No algodão, a virose denominada mosaico das nervuras (VMN) para o algodão pode reduzir a produção em até 60%, segundo o Centro Nacional de Pesquisa de Algodão.

Por fim, é fundamental destacar que os defensivos agrícolas são os produtos químicos mais severamente regulados no mercado. Somente são registrados e produzidos após longa e rigorosa avaliação de três ministérios: da Agricultura; da Saúde, através da Anvisa; e do Meio Ambiente, através do Ibama. Seus técnicos se dedicam, durante anos, na avaliação de estudos exigidos pela legislação brasileira compatíveis com as regulamentações e os protocolos internacionais. ■

* Diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Suco de laranja

Ações para promover o consumo

Christian Lohbauer*

A partir da presente edição, **Agroanalysis** *registrará em suas páginas um resumo das apresentações feitas nas reuniões do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (Cosag). O leitor terá acesso a informações e análises a partir da visão de profissionais gabaritados.*

A PRODUÇÃO de suco de laranja está concentrada em quatro grandes empresas (Citrosuco, Citrovita, Cutrale e Louis Dreyfus Commodities). Elas são responsáveis por 98% das exportações brasileiras. O Brasil detém 85% do mercado mundial do suco. Cerca de 98% do suco produzido são exportados, sendo que 70% destinam-se ao mercado europeu.

O suco de laranja é uma *commodity,* comercializada a granel e transportada por navios-tanques para os países consumidores, onde indústrias engarrafadoras embalam e distribuem o suco.

No mercado mundial, o sabor laranja representou, em 2010, apenas 1,5% do total de bebidas consumidas no mundo. Entre 2003 e 2010, o consumo mundial teve queda de 5,3% nos 40 principais mercados. Nos quatro principais mercados consumidores, a queda foi de 15% (232 mil toneladas), com crescimento nos países dos Brics + México em 41%, (78 mil toneladas). Observa-se que o tradicional suco de laranja concorre com produtos que se modernizaram, como os energéticos, isotônicos ou mesmo a água engarrafada.

A pergunta-chave é: o que fazer para recuperar ou promover o consumo de suco de laranja no Brasil e no mundo? A Agenda atual da CitrusBR está baseada na atuação em quatro pilares:

a) Transparência e informação;
b) *Marketing;*
c) Sustentabilidade; e,
d) Questões diversas que afetam o setor.

O pilar Transparência e informação consiste na divulgação de anúncios informativos nos principais jornais do País. Também foi publicado e discutido em várias regiões o estudo mais completo sobre a citricultura brasileira: *O Retrato da Citricultura Brasileira.*

Em 2011, foi realizada a primeira estimativa de safra e divulgação dos níveis de estoques e publicado o *Retrato da Citricultura Brasileira*, em inglês. Neste ano, está previsto o lançamento do Portal de dados e notícias CitrusBR.

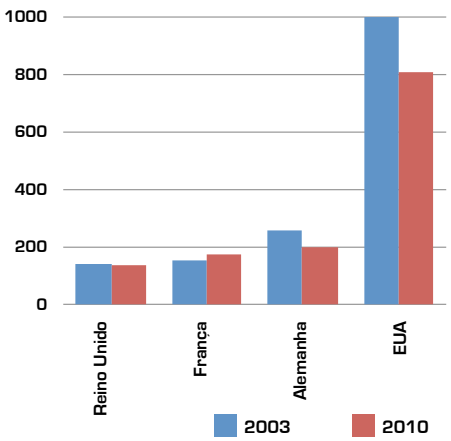
Paralelamente, há um grande esforço para uma reaproximação dos diferentes elos da cadeia produtiva, via um Conselho (Consecitrus), por adesão voluntária, com a aproximação das representações de produtores e da indústria. Um dos objetivos principais deste Consecitrus é estabelecer preço de referência para a caixa de laranja. Para tanto, deverá chegar a acordos sobre os custos de produção, estocagem, distribuição e venda do suco de laranja, além da computação das receitas de subprodutos e derivados. Para aumentar a credibilidade, estas informações poderão ser examinadas por auditoria internacional.

Quanto ao *marketing*, está em operação uma plataforma digital de comunicação, *I Feel Orange*, integrada com redes sociais, com o objetivo de renovar a imagem do suco de laranja. Em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), esse trabalho visa tornar a bebida mais atrativa para as novas gerações, com a sua associação com a criatividade, inspiração e saúde.

No pilar Sustentabilidade, a CitrusBR realiza estudo setorial sobre as emissões de carbono na produção de suco de laranja – Carbon Footprint e outro estudo sobre o uso da água no setor. Em 2012, deverá estar disponível material de sustentabilidade.

Em outros temas, a apresentação concentrou-se em esclarecer o caso da detecção do componente carbendazim na exportação de suco concentrado para os Estados Unidos. O setor conhecia as restritas exigências dos americanos quanto à segurança alimentar, mas os exames de laboratórios anteriores não eram tão rígidos a ponto de impedir a entrada do suco de laranja brasileiro.

Consumo de suco de laranja
(t FCOJ equiv. 66 brix)



Fonte: Markestrat

Em face da proibição de entrada de produto com teores de carbendazim no mercado americano, a indústria brasileira suspendeu a exportação de suco concentrado para aquele mercado e está determinando aos produtores que substituam o uso deste agrotóxico por outros permitidos pela legislação americana. Estes ajustes serão realizados nos próximos meses. ■

* Presidente Executivo da CitrusBR, em 6 de fevereiro de 2012, no Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp

Etanol

Proposta do setor

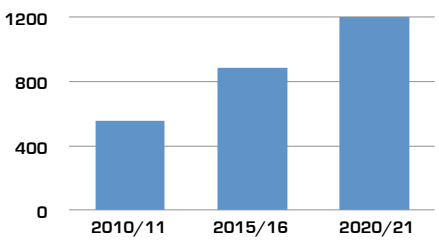
Marcos Jank*

EM TERMOS de significado econômico, social e ambiental, o setor sucroalcooleiro conta com 430 usinas, 70 mil produtores de cana e 1,2 milhão de empregos diretos. No último ano, o PIB setorial foi de US$ 48 bilhões, sendo as exportações de US$ 15 bilhões. É o primeiro produtor mundial de açúcar, responsável por 50% das exportações mundiais e com o etanol e cogeração de energia já representa 18% na matriz energética nacional (segunda fonte, depois do petróleo).

De sua rica cadeia, a indústria da cana-de-açúcar espera, nos próximos anos, produzir etanol adicional pelo aproveitamento da celulose (segunda geração) e de outros produtos de elevado valor, como biopolímeros, diesel, detergentes e solventes, cosméticos, lubrificantes, sabores e fragrâncias e novos alimentos.

Nas safras de 2000/01 a 2008/09, a produção de cana teve um crescimento vigoroso, da ordem de 10,4% ao ano, seguido de estagnação da produção nas três safras seguintes. Consequentemente, a produção de etanol carburante não acompanhou a crescente demanda, diante do aumento na circulação de veículos *flex*.

Brasil: Previsão para a produção de cana (milhões de t)



Fonte: Unica

As três principais causas da desaceleração da produção foram:

a) A crise financeira mundial, que reduziu novos investimentos no setor, concentrando-se os recursos financeiros na compra de empresas em dificuldades;

b) Os problemas climáticos nas últimas três safras, com secas que prejudicaram a produtividade;

c) A perda da competitividade do etanol em relação à gasolina, devido ao "congelamento" dos preços da gasolina mesmo com alta acentuada nos preços do petróleo.

Em 2011, as importações de diesel e gasolina foram as maiores dos últimos anos. Quanto ao etanol, as exportações caíram, em bilhões de litros, de 4,7 em 2008/2009 para 1,8 em 2011/12, e as importações cresceram para 1,2 bilhão de litros.

Como não há regras claras para a formação dos preços da gasolina, a incerteza e a falta de previsibilidade afastam os investimentos na produção de etanol. O preço da gasolina ao consumidor, de 2006 a 2011, administrado pelo governo, mantem-se ao redor de R$ 2,50 o litro. Os custos de produção aumentaram, e o preço do etanol ao consumidor final superou o teto de paridade de 70% do preço da gasolina. Isso inviabiliza o seu consumo na maioria dos Estados brasileiros.

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) estimou as necessidades de cana-de-açúcar para atender ao mercado de etanol carburante no mercado doméstico. Até a safra 2020/21, serão necessárias mais 120 novas usinas com uma produção de 1,2 bilhão de toneladas: um crescimento de 9% ao ano.

Os investimentos para a concretização destas metas estão estimados em R$ 156 bilhões, sendo R$ 46 bilhões na área agrícola e R$ 110 bilhões na área industrial. O PIB e as exportações do setor dobram para R$ 90 bilhões e R$ 26 bilhões, respectivamente. Serão criados 350 mil novos empregos diretos e 700 mil indiretos. Do ponto de vista ambiental, o etanol e a bioeletricidade responderiam por 30% a 40% das metas de redução de CO_2 estabelecidas para a área de energia pela Política Nacional de Mudança do Clima.

Para aumentar a competitividade do etanol e acelerar o seu crescimento, as principais medidas referem-se a:

a) Desoneração tributária para o etanol (PIS/Cofins e ICMS);

b) Readequação da Cide;

c) Financiamentos para o plantio de cana, estocagem de álcool e outros;

d) Incentivos à bioeletricidade;

e) Transparência na política de formação de preços da gasolina no longo prazo.

Ao setor privado caberá reduzir custos de produção, com ganhos na eficiência e produtividade e desenvolvimento e difusão de novas tecnologias.

Para que estas medidas sejam efetivadas, a proposta para os próximos seis meses é de intenso trabalho em prol do Movimento + Etanol, com o engajamento forte do setor, da indústria automotiva, envolvimento de parlamentares e governadores, líderes regionais e com formadores de opinião e tomadores de decisão. O poder público e a sociedade precisam ser convencidos de que o etanol é um tema estratégico para a economia. ■

* Presidente da Unica, em 6 de fevereiro de 2012, no Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp

Opinião

Qualidade e geração de renda



Mônika Bergamaschi*

COM A PRESENÇA do governador Geraldo Alckmin, uma nova fase do Programa de Controle da Laringotraqueíte Infecciosa Aviária (LTI) foi lançada no início de fevereiro, em Bastos. A LTI é uma doença respiratória, causada por um herpevírus, de distribuição geográfica cosmopolita e frequente em áreas de grande concentração avícola. A doença diminui a produção de ovos e pode levar os animais à morte.

Bastos é a maior produtora de ovos de galinha do Estado de São Paulo e também do País. Tem 20 milhões de aves no plantel e uma produção que chega a 11,9 milhões de ovos por dia. Uma cidade onde o ovo inspira até o formato dos desenhos das calçadas.

O caso assustou os granjeiros. Para evitar que a doença se alastrasse, ações decisivas partiram da Secretaria de Agricultura, por meio da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. A comunidade produtiva abraçou a causa e adotou o pacote de medidas proposto.

Resoluções baseadas em conceitos de biossegurança foram baixadas. A primeira, o isolamento da área. O Bolsão de Bastos, abrangendo 15 municípios especializados em aves de postura, foi criado em 2002, quando do primeiro foco da doença. Depois foi instalado um programa compulsório de vacinação, com vacinas de vírus vivo atenuado, por induzirem melhor resposta na imunidade, sendo indicadas para o uso em focos da doença.

O último caso de laringotraqueíte foi registrado em maio de 2004, e em dezembro de 2005 a região foi reconhecida como Área Controlada com Vacinação. Foram evitadas perdas estimadas em R$ 200 milhões.

A nova vacina, do tipo recombinante, é mais segura do ponto de vista biológico, por não difundir o vírus vacinal. Esta ação inaugurou uma nova fase do programa de controle da doença. A fase da erradicação.

Todas as aves vacinadas com vírus atenuado serão eliminadas ao final do ciclo produtivo, e a reposição, a partir de agora, será com animais imunizados com o tipo recombinante. Em dois anos, não havendo vírus de campo, nem vacinal, serão reconhecidas as granjas livres da doença sem vacinação. Gradativamente, será permitido o trânsito de aves para fora do Bolsão.

Caso semelhante aconteceu com a febre aftosa no Estado de São Paulo. Um conjunto de ações de defesa sanitária animal permitiu a conquista do *status* de livre de aftosa com vacinação. Há 16 anos não é registrado um único caso da doença.

Durante os períodos das Campanhas de Vacinação, maio e novembro, a equipe da Defesa é mobilizada. Em novembro de 2011 foram mais 1.700 vacinações assistidas e fiscalizadas. A SAA se programa para retirar gradualmente a obrigatoriedade da vacinação contra a aftosa no Estado, a exemplo do que já ocorreu com a raiva dos herbívoros.

São Paulo detém também o maior parque citrícola do mundo, e as pragas e doenças que atacam os pomares são desafiadoras. No caso do cancro cítrico, a única medida de controle reconhecidamente eficiente é a inspeção constante e a erradicação das plantas contaminadas e as do entorno. A educação sanitária é fundamental para que a doença não se alastre, tendo em vista que sua disseminação é mecânica. Com o HLB (*greening*) ainda não há esse consenso. Por ser transmitido por um inseto, produtores e técnicos da Defesa discutem um sistema de manejo, que vai além da inspeção, entrega de relatórios e eliminação de plantas doentes. O balanço de 2011 revelou que das 235,3 milhões de plantas cítricas inspecionadas 2,9 milhões foram eliminadas por conta do *greening*. O fato é que a doença vem se alastrando, e o envolvimento de todos os elos da cadeia produtiva na busca da solução é essencial.

Ao longo de sua história, a CDA vem se dedicando a garantir a sanidade e qualidade das cadeias produtivas do setor agropecuário paulista. São 40 escritórios regionais e um corpo técnico formado por médicos veterinários, engenheiros agrônomos e assistentes agropecuários. Um trabalho vinculado à educação sanitária e às boas práticas agropecuárias. Ações que beneficiam a sociedade, que melhoram a renda do produtor e a qualidade dos produtos ofertados ao consumidor. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Diário de bordo

A busca pela sustentabilidade no agronegócio



Roberto Rodrigues*

VENHO FALANDO há muito tempo que a gestão de uma fazenda é necessariamente uma gestão sustentável – e que precisamos das ferramentas adequadas para isso. Com o desenvolvimento de novos processos, é possível incorporar a sustentabilidade ao ambiente do agronegócio de forma estratégica, abrindo caminho para que se estabeleçam novos padrões de produção rural.

Desde a Rio-92, discute-se o termo ecoeficiência. Segundo o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, a ecoeficiência é alcançada quando os produtos e serviços trazem melhor qualidade de vida para as pessoas, alinhando os aspectos ambientais e econômicos. Há 20 anos, estudiosos e especialistas, tanto de empresas públicas quanto privadas, buscam soluções para aplicar este conceito na prática.

Uma destas, a Basf, desenvolveu a Análise de Ecoeficiência como uma ferramenta de gestão que compara produtos e/ou processos, considerando seus aspectos ambientais desde a origem de suas matérias-primas até o uso e o descarte do produto final. É como analisar a produção de uma tonelada de açúcar, resgatando as diversas etapas e os impactos, desde a produção de seus insumos até o consumo. A ferramenta já permitiu mais de 500 estudos concluídos em todo o mundo em diversas cadeias produtivas.

Entre os aspectos analisados estão: uso da terra e de água, consumo de energia e de recursos naturais, emissões e potencial de toxicidade e de riscos.

Aqui no Brasil, através da Fundação Espaço Eco, instituída pela Basf, já foram conduzidos cerca de 40 estudos de Sócio-Ecoeficiênica, "apelidada" de SEEBalance, que, além dos pilares econômicos e ambientais, incorpora os aspectos sociais na análise de todo o ciclo do produto. Dentre os indicadores de desenvolvimento social abordados estão: salários e remunerações, treinamento profissional, investimentos em gerações futuras, igualdade de gênero, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, potencial de toxicidade para colaboradores e consumidores, entre outros.

São ferramentas como essas que podem ser utilizadas para tangibilizar a sustentabilidade para a tomada de decisões de maneira técnica, considerando todas as etapas da produção.

Por falta dessas avaliações mais técnicas e menos emocionais é que deparamos com algumas propostas e propagandas que induzem o consumidor a acreditar que o produto seja mais ecológico, ou "mais verde", quando na realidade o que vale é a análise dos três pilares de forma mais equilibrada. Essas avaliações são fundamentais para entender a sustentabilidade da agricultura antes e depois da porteira, mostrando como e onde melhorar na cadeia, pois de nada adianta trabalhar somente para o agricultor reduzir uma passada de trator da lavoura, para economizar emissões de CO_2, sem considerar que o caminhão carregado poderá ficar dois dias na fila do porto, com o ar-condicionado ligado. De nada adianta substituir um insumo por outro sem avaliar de onde este produto vem e qual é seu rastro de sustentabilidade.

O agronegócio é um setor de exportação sensível a este tema, sobretudo após a Moratória da Soja, quando a restrição de países europeus ao cultivo em áreas de desmatamento aumentou a necessidade de regulamentação para acesso ao mercado internacional. Em resposta, selos e certificações foram criados para enfrentar as barreiras comerciais, mas também para apresentar à sociedade iniciativas pela sustentabilidade.

A contribuição deste tipo de avaliação é muito positiva, pois demonstra o excelente trabalho que a maioria dos nossos agricultores está fazendo dentro da porteira e deixa bem claro, através de números e indicadores, que os grandes avanços em sustentabilidade na cadeia produtiva da agricultura exigirão uma ação maior e compartilhada com os elos que atuam fora da porteira. Coisa boa para mostrar na Rio+20. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Moacir Micheletto



Cesário Ramalho da Silva*

NO INÍCIO do ano, perdemos um de nossos grandes líderes. O deputado federal Moacir Micheletto se empenhou pela agricultura toda sua vida. Foi exemplo na cidade que adotou como seu lar por 26 anos, Assis Chateaubriand, no Paraná, local onde trabalhou anos para o crescimento da região e se elegeu deputado federal.

Na vida pública por 30 anos, empunhou bandeiras importantes para o desenvolvimento rural e para o crescimento econômico do Brasil. Defendeu a renda e o emprego na cadeia agropecuária em geral, com grande afinco para os produtores de leite, trigo, suínos e aves. Posso, com certeza, citar três exemplos pelos quais Micheletto lutou e que fizeram a diferença para os empresários e trabalhadores do campo.

Sua atuação foi decisiva no período inicial do Plano Real, para reorganizar sucessivos erros econômicos causados pelos planos anteriores. Colaborou na conquista de medidas para minimizar os danos causados aos agricultores e às cooperativas – quando o pacote desenvolvido pelo governo, para empréstimos bancários de longo prazo, tinha taxas que chegavam a 50% ao ano –, que estavam levando-os à quebradeira ou pré-insolvência. Contribuiu fortemente para a implantação do Programa de Securitização Agrícola e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa). Com isso, algo em torno de R$ 21,8 bilhões foi renegociado.

A necessidade de encontrar uma solução definitiva para a dívida rural foi sua bandeira de destaque também em 2008. Conseguiu edição de uma Medida Provisória que permitiu a renegociação de R$ 75 bilhões do saldo devedor dos agropecuaristas, montante que representou, na época, 85,7% do total da dívida. Em suas palavras, "não adianta o governo federal vir com medidas paliativas, pois não resolvem o problema do endividamento. A saída está em mecanismos que proporcionem renda ao setor".

Empenhou-se, ainda, por um seguro rural justo e que atendesse às necessidades dos produtores. Esta questão ainda não está totalmente resolvida, mas a melhora pode ser sentida no decorrer dos anos. Apesar de não ser o ideal, no ano passado o governo reservou R$ 406 milhões para subsidiar este mecanismo, mas liberou apenas R$ 132 milhões, frente aos R$ 45 milhões de 2006. Como relator do projeto que criou o Fundo Catástrofe – reserva de recursos para garantir a atuação das companhias de seguro agrícola, composto de recursos da União e da iniciativa privada, como empresas de seguros, resseguros, agroindústrias e cooperativas –, que poderá ser usado para arcar com parte das perdas no campo, evitar a falência de seguradoras e permitir o crescimento do número de apólices, Micheletto não viu o governo implementar sua regulamentação nem mesmo na ocasião do lançamento do Plano Safra 2011/2012.

Na triticultura, tentou resolver um dos grandes gargalos do segmento: a dependência de importação. Teve o firme propósito de reivindicar uma política governamental efetiva de garantia de preços mínimos para o produto, que em sua opinião "deve ser considerado básico e de segurança alimentar". Os problemas do setor ainda continuam, e espero que, quando as decisões tiverem de ser tomadas, os responsáveis se recordem do quão importante foi essa luta para o deputado Micheletto, seguindo, assim, o caminho mais correto.

Sua principal bandeira no último ano foi com o desenvolvimento e a aprovação de um novo Código Florestal, uma vez que a lei vigente estava desfigurada por inúmeras Medidas Provisórias que impunham ônus impensáveis, determinando o reflorestamento de áreas agrícolas consolidadas há décadas, ou há séculos. E sua participação como presidente da Comissão Especial para a Reforma do Código Florestal foi determinante para que se chegasse ao texto que entra em vigor. Seu altruísmo foi fundamental para que o deputado Aldo Rebelo assumisse a difícil tarefa de relatar esta matéria.

Por todos esses motivos, e tantos outros aqui não citados por falta de espaço, é que Moacir Micheletto deve ser lembrado como um dos grandes defensores e líderes do agronegócio nacional. Vamos honrar a herança que ele nos deixou. ■

* Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em fevereiro de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	420.00	325.000	395.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	545.000	600.000	540.000
New Holland	CR 9060	667.800	709.670	760.000	680.000
New Holland	CS 660	445.200	496.769	535.000	475.000
New Holland	TC 5090	360.000	409.425	420.000	385.000
New Holland	TC 5070	318.000	349.376	375.000	300.000
Valtra	BC 6500	485.000	580.000	490.500	620.000
Valtra	BC 7500	600.000	680.000	582.000	695.000
Valtra	BC 4500	305.000	365.000	335.000	380.000
Jonh Deere	1175 HY	370.000	350.000	365.000	355.000
Jonh Deere	9470	565.000	546.000	553.000	509.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em fevereiro de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	116.000	127.000	115.000	115.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	150.000	170.000	145.000	145.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	205.800	206.000	220.000
New Holland	TM 7030	167.480	180.000	170.000	198.000
New Holland	TM 7040	180.000	195.000	190.000	205.000
New Holland	T 7060	222.600	225.000	230.000	253.900
Valtra	BM 125-4	127.000	136.000	133.000	162.000
Valtra	BM 185-4	180.000	211.000	199.680	216.000
Valtra	BM 205-4	198.000	223.500	216.320	225.000
Jonh Deere	7205	246.000	273.000	262.945	265.000
Jonh Deere	8430	375.000	365.000	455.000	480.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de roçadeiras hidráulicas em fevereiro de 2012 (R$/unidade)

FABRICANTE	MODELO	LINHAS/ESPAÇAMENTO	POTÊNCIA REQUERIDA	PREÇO
RO 1300/ CORREIAS	TATU	1,30	36	4.800,00
RO 1500/ CORREIAS	TATU	1,50	50	5.500,00
RO 1700/CORREIA	TATU	1,70	60	5.932,00
RO 2600/CORREIA	TATU	2,50	60	8.135,00
RO 3100/CORREIA	TATU	3,00	70	8.960,00
RO 3101/CORREIA	TATU	3,00	70	9.128,00
RP 1300	BALDAN	1,30	40	5.150,00
RP 1500	BALDAN	1,50	40	5.250,00
RP 1700	BALDAN	1,70	50	5.600,00
RD 1500	BALDAN	1,50	40	5.586,00
RUTC 1,4	BERTANHA	1,60	50	5.268,00
RUTC 1,6	BERTANHA	1,50	60	5.741,00
RUTC 1,8	BERTANHA	1,60	70	6.267,00
RUTC 2,0	BERTANHA	1,60	80	6.757,00
A DESLOCÁVEL	ICMA	1,20	25	3.911,00
B DESLOCÁVEL	ICMA	1,60	40	6.650,00

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Considere um produtor que queira, em fevereiro de 2012, comprar uma roçadeira modelo RO 3101/CORREIA, da Tatu, com largura de corte de 3,0 metros, cujo preço é R$ 9.128,00 em São Paulo. A potência requerida do trator é de 70 cavalos.

O financiamento do bem, para uma entrada de 30% (R$ 2.738,40) é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de três anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para junho de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a.. No final do financiamento o produtor terá pago R$ 9.872,44 pelo implemento agrícola. O valor médio da prestação é de R$ 1.189,07 por semestre (seis parcelas).

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/06/12	6.389,60	1.064,93	156,34	1.221,27	1
15/12/12	5.324,67	1.064,93	196,61	1.261,54	2
15/06/13	4.259,74	1.064,93	156,41	1.221,34	3
15/12/13	3.194,81	1.064,93	117,97	1.182,90	4
15/06/14	2.129,88	1.064,93	78,21	1.143,14	5
15/12/14	1.064,95	1.064,93	39,32	1.104,25	6
Total		6.389,58	744,86	7.134,44	
Total pago: R$ 2.738,40 (entrada) + R$ 7.134,44 (financiamento) = R$ 9.872,84					

Produção agrícola brasileira

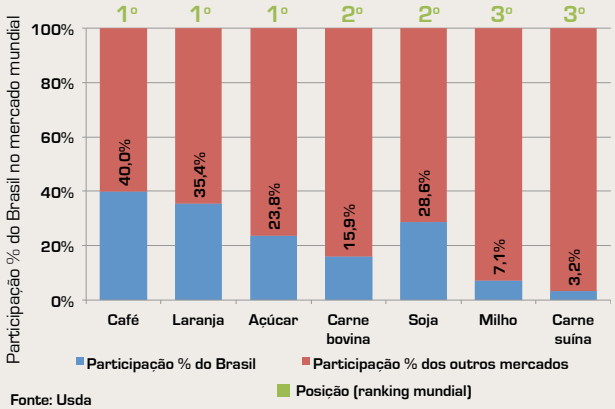
Quinto levantamento da safra de grãos 2011/2012 - Fevereiro/2012: estimativa de produção em mil toneladas.

PRODUTO	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11 PREVISÃO[1] (A)	2011/12 ESTIMATIVA[2] (B)	VARIAÇÃO (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.299,2	2,2
AMENDOIM TOTAL	303,1	300,6	226,0	226,5	259,1	14,4
AMENDOIM 1ª SAFRA	256,2	246,1	191,9	199,2	228,0	14,5
AMENDOIM 2ª SAFRA	46,9	54,5	34,1	27,3	31,1	13,9
ARROZ	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.170,8	-17,9
AVEIA	230,2	232,2	244,1	379,0	353,5	-6,7
CANOLA		0,0	42,2	69,7	52,0	-25,4
CENTEIO	4,9	6,1	4,8	3,2	3,5	9,4
CEVADA	264,7	237,0	201,4	283,9	305,1	7,4
FEIJÃO TOTAL	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.767,5	3.400,6	-9,7
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.324,9	-21,2
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.398,1	1.285,3	-8,1
FEIJÃO 3ª SAFRA	832,3	774,5	836,6	689,1	790,4	14,7
GIRASSOL	147,1	109,4	80,6	83,1	88,1	6,0
MAMONA	123,3	92,5	100,6	141,1	146,1	3,5
MILHO TOTAL	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.407,0	60.831,0	6,0
MILHO 1ª SAFRA	39.964,1	33.654,9	34.079,2	35.925,9	35.044,8	-2,5
MILHO 2ª SAFRA	18.688,1	17.349,0	21.938,8	21.481,1	25.786,2	20,0
SOJA	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3	69.228,8	-8,1
SORGO	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.027,1	-12,4
TRIGO	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	-1,6
TRITICALE	211,9	184,7	172,1	114,9	114,2	-0,6
BRASIL	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.837,5	157.067,7	-3,5

Fonte: Conab
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

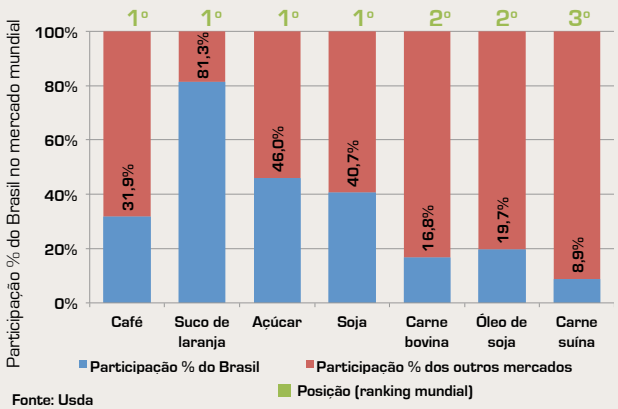
Produção agrícola brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2011



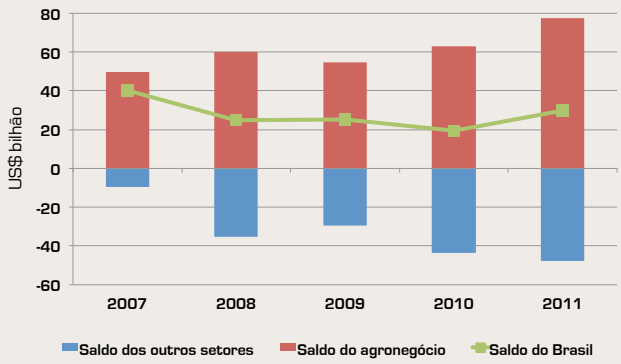
Fonte: Usda

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2011



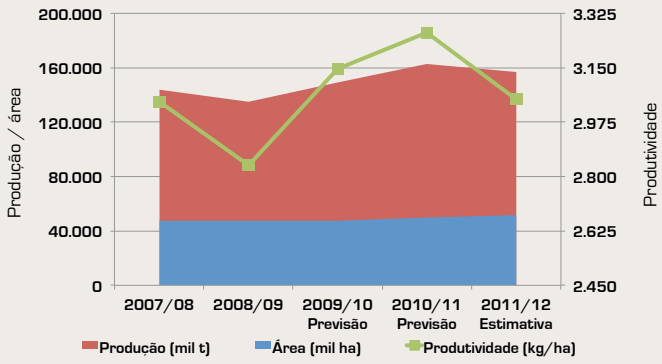
Fonte: Usda

Brasil: evolução do saldo da balança comercial



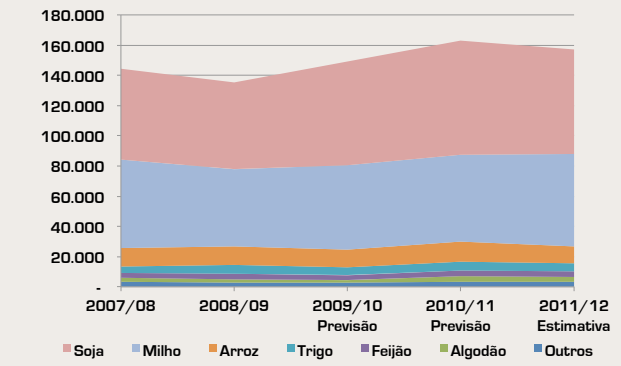
Fonte: Secex

Brasil: área plantada com grãos, produção e produtividade



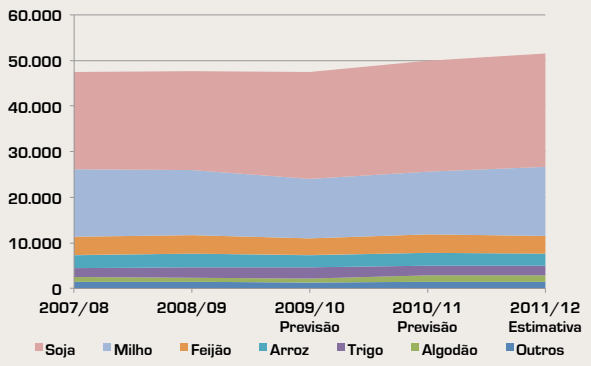
Fonte: Conab

Brasil: produção de grãos, por produto (mil t)



Fonte: Conab

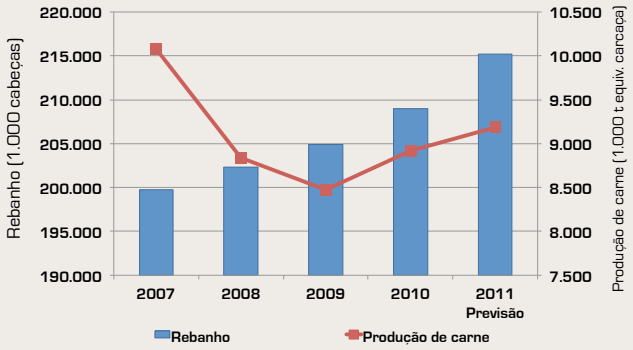
Brasil: área plantada com grãos, por produto (mil ha)



Fonte: Conab

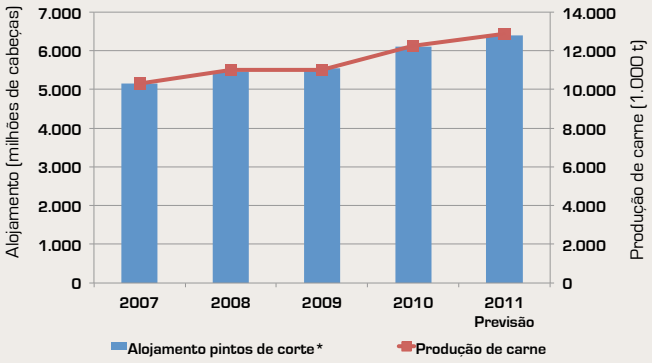
Produção agrícola brasileira

Brasil: produção de bovinos



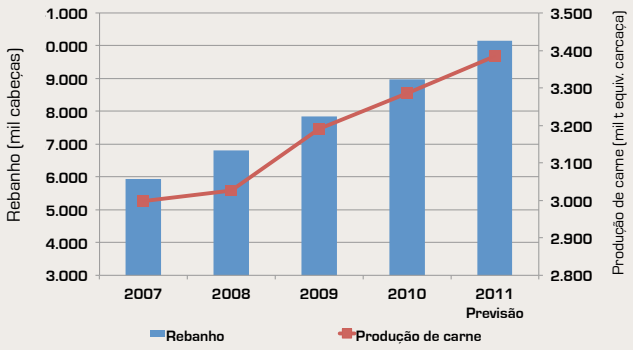
Fonte: IBGE

Brasil: produção de aves



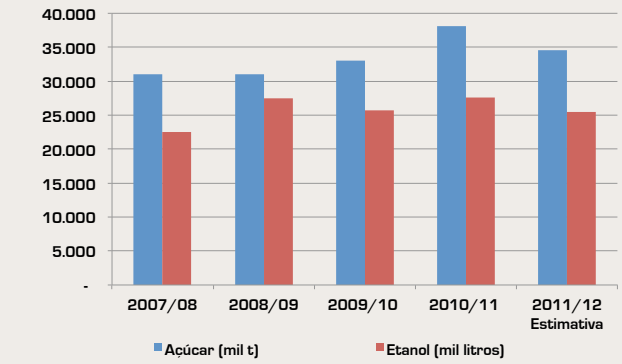
Nota: *o alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne
Fonte: Assocociação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

Brasil: produção de suínos



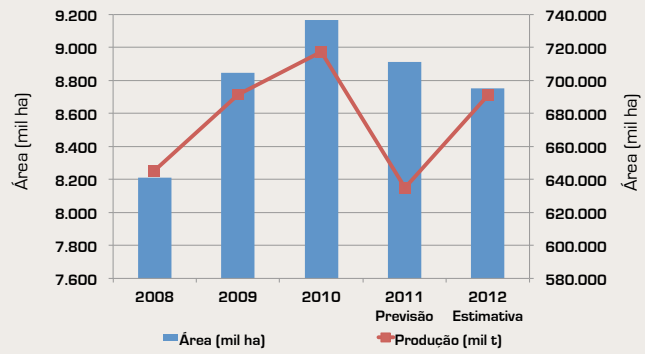
Fontes: IBGE; Abipecs

Brasil: produção de açúcar e etanol



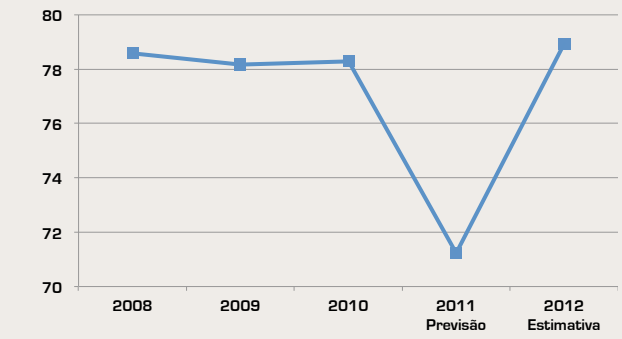
Fontes: Unica; Conab

Brasil: área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE

Brasil: produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)



Fonte: IBGE



@istockphoto

2012
Ano
Internacional das
Cooperativas

2012 foi escolhido pela ONU para ser o Ano Internacional das Cooperativas. Nada mais justo, já que o cooperativismo é um movimento que gera qualidade de vida para cerca de 1 bilhão de pessoas ao redor do mundo. O sistema cooperativista brasileiro faz parte desta iniciativa e vai promover uma série de ações por todo o país para informar à sociedade os benefícios do setor.

Se você acredita no ideal da cooperação, cole sua foto no espaço marcado neste anúncio. Afinal, você também pode ser mais cooperativo.

SistemaOCB
CNCOOP · OCB · SESCOOP

www.brasilcooperativo.coop.br

AD FOLHETO

CANAL RURAL

Seu mundo é cheio de notícias. E você não pode ficar por fora delas.

Acesse www.ruralbr.com.br e confira os melhores conteúdos e serviços do agronegócio.

